



ENERGIA

Bolívia deve US\$ 2 milhões à Petrobras (Folha de SP) 18/12/09	3
Alta do juro pode demorar mais, sinaliza BC (Folha de SP) 18/12/09	3
Aécio desiste da Presidência e amplia pressão sobre Serra (Folha de SP) 18/12/09	4
Para Meirelles, economia cresce fortemente (Folha de SP) 18/12/09	5
Indústria brasileira vai priorizar mercado interno, afirma CNI (Folha de SP) 18/12/09	5
Governo define reajuste do mínimo até 2023 (Folha de SP) 18/12/09	6
Acordo corre o risco de não ter meta (O Estado de SP) 18/12/09	7
Receita ameaça grandes empresas com fiscalização na "boca do caixa" (O Estado de SP) 18/12/09	7
Anadarko descobre óleo leve no pré-sal (O Estado de SP) 18/12/09	8
EBX avança na Bolsa, apesar da operação tímida (O Estado de SP) 18/12/09	9
Presente político versus futuro ambiental (O Estado de SP) 18/12/09	10
Governo ainda investiga falha em sistema (Valor Econômico) 18/12/09	11
Falha de comunicação prolongou blecaute (Valor Econômico) 18/12/09	11
Duas linhas que ligam Itaipu caíram (Valor Econômico) 18/12/09	14
A festa de fim de ano pode ser 'magrinha' (Valor Econômico) 18/12/09	14
Relatório da CPI da Petrobras tem aprovação unânime (Valor Econômico) 18/12/09	15
Obras do PAC podem ficar sem recursos (Valor Econômico) 18/12/09	16
Cerradão amplia para 36 o nº de sócias da Copersucar (Valor Econômico) 18/12/09	17
Bancos concedem desconto e crédito à Infinity (Valor Econômico) 18/12/09	18
Desa ganha sócio e acelera investimentos (Valor Econômico) 18/12/09	18
Campos maduros atraem interesse (Valor Econômico) 18/12/09	19
Petrobras I (Valor Econômico) 18/12/09	20
Total terá estratégia agressiva no Brasil (Valor Econômico) 18/12/09	20
Publicidade para as reuniões da Anatel (Valor Econômico) 18/12/09	21
A vida e a morte em Tekoa Pyau (Valor Econômico) 18/12/09	22
RECONHECIMENTO (Correio Popular - Societá) 18/12/09	26
Lobão critica demora no licenciamento de hidrelétricas (Estadão Online 14:32h) 17/12/09	26
AGU consegue liberação de rede de cabos da Eletronet (CanalEnergia) 17/12/09	27
Senado aprova Edvaldo e Julião para diretoria da Aneel (CanalEnergia) 17/12/09	27
Câmara aprova definição de competências para licenciamento ambiental (CanalEnergia) 17/12/09	27
Tractebel ON fecha com alta de 2,49% (CanalEnergia) 17/12/09	28
ABEEólica faz homenagem a destaques do segmento (CanalEnergia) 17/12/09	28
UTE Tocantinópolis inicia testes de 165,8 MW (CanalEnergia) 17/12/09	29
Rinaldo Pecchio Junior assume Relações com Investidores da AES Eletropaulo (CanalEnergia) 17/12/09	29
Reservatório de E. de Souza opera com 10,73% da capacidade (CanalEnergia) 17/12/09	29
Hidrelétrica de Jirau inicia concretagem de vertedouro (CanalEnergia) 17/12/09	29
Carta de Florianópolis: MME vai estudar viabilidade das propostas de regulamentação do mercado livre (CanalEnergia) 17/12/09	30
AES Eletropaulo paga R\$ 70,798 milhões em juros sobre o capital próprio (CanalEnergia) 17/12/09	30
CMSE decide prorrogar prazo para entrega de relatório do GT do blecaute (CanalEnergia) 17/12/09	31
Cemig GT promove leilão para compra de energia no curto prazo (CanalEnergia) 17/12/09	31
Tarifa de repasse de Itaipu será de US\$ 24,63/kW em 2010 (CanalEnergia) 17/12/09	31

Abinee: setor elétrico e eletrônico continua dando sinais de recuperação (CanalEnergia) 17/12/09.....	31
Cyro Vicente Boccuzzi, da ECOee: Blecaute nunca mais (CanalEnergia) 17/12/09.....	32
Tractebel ON registra alta de 1,20% (CanalEnergia) 17/12/09.....	33
Relatório do ONS propõe troca de 103 isoladores para evitar novos blecautes (CanalEnergia) 17/12/09.....	34
Eletrobrás assina convênios com municípios do entorno de Tucuruí (CanalEnergia) 17/12/09.....	35
Copom prevê alta de 3,3% para a energia elétrica em 2010 (CanalEnergia) 17/12/09.....	35
Câmara amplia beneficiários da tarifa social de energia (CanalEnergia) 17/12/09.....	35
Anace acha benéfico reembolso de apagões a consumidores (CanalEnergia) 17/12/09.....	36
ONS e MME reiteram que condições meteorológicas resultaram em blecaute (CanalEnergia) 17/12/09.....	36

SINDICAL

Saudações Cutistas (CUT Nacional) 17/12/09.....	37
Em Copenhague (CUT Nacional) 17/12/09.....	37
Confecom pavimenta o caminho da democracia (CUT Nacional) 17/12/09.....	38
Contribuição assistencial e valorização dos trabalhadores (CUT Nacional) 17/12/09.....	38
CUT de batalhas e conquistas (CUT Nacional) 17/12/09.....	39
Bastidores da 1ª CONFECOM (CUT Nacional) 17/12/09.....	40
Nesta sexta (18) (CUT Nacional) 17/12/09.....	41
Ataque aos serviços públicos (CUT Nacional) 17/12/09.....	41
Taubaté (CUT Nacional) 17/12/09.....	42
Avançar Rumo à Plataforma da Classe Trabalhadora em 2010 (CUT Nacional) 17/12/09.....	43
As conquistas da CUT em 2009 e os desafios para 2010 (CUT Nacional) 17/12/09.....	44

Bolívia deve US\$ 2 milhões à Petrobras (Folha de SP) 18/12/09

Débito se refere a aluguel de uso de gasoduto na região fronteira entre os países que não é pago há dois anos e meio

Estatual brasileira assina hoje acordo com país vizinho em que se compromete a pagar pelo menos US\$ 1,2 bi a mais pelo gás natural até 2019

FABIANO MAISONNAVE
DE CARACAS

Além de amargar um prejuízo com o novo preço do gás natural, a Petrobras não recebe da Bolívia uma dívida de cerca de US\$ 2 milhões, referentes ao uso de um pequeno gasoduto localizado em Puerto Suarez, na região fronteira. O gasoduto PBT, pertencente à Petrobras, tem 15 quilômetros e é usado para abastecer Puerto Suarez. O aluguel, de cerca de US\$ 35 mil mensais, não vem sendo pago há dois anos e meio pela estatal YPFB.

O gasoduto em si contraria a nova legislação boliviana sobre a indústria de gás, já que o transporte do produto passou a ser monopólio do Estado. O governo boliviano, porém, até agora não apresentou nenhuma proposta formal para a estatização do negócio.

A estatal brasileira tentou incluir a dívida nas negociações dos últimos dias que levaram ao acordo que será assinado hoje, no Rio, pelo qual a empresa terá de pagar pelo menos US\$ 1,2 bilhão a mais pelo gás boliviano até o final do contrato de compra e venda, em 2019.

O acordo de hoje é resultado da Ata de Brasília, assinada em fevereiro de 2007 entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales, em meio a pressões do boliviano para aumentar o preço do gás natural.

Pelo aditivo que será assinado hoje, a Petrobras pagará um mínimo de US\$ 100 milhões anuais, retroativo a 2007, pelos gases líquidos associados ao gás natural, como o metano, que são subutilizados no Brasil.

O aumento do preço do gás foi imposto pelo Planalto à Petrobras. Funcionários da estatal envolvidos nas negociações temem que o acordo seja reprovado pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Procurada pela reportagem da Folha desde anteontem, a Petrobras informou, via assessoria de imprensa, que não faria nenhum tipo de comentário ou esclarecimento sobre a dívida boliviana ou o acordo que será assinado hoje.

A reportagem também solicitou informações por dois dias à estatal boliviana YPFB e à empresa Petrobras Bolívia, igualmente sem sucesso.

Desde a entrada de Morales no governo, a Petrobras Bolívia foi reduzida sensivelmente, com a perda de duas refinarias, entre outras áreas. Atualmente, sua atividade se concentra praticamente na produção de gás -a empresa opera os dois maiores campos, de San Antonio e San Alberto, ambos em Tarija, no sul do país.

Além da redução nos negócios, a Petrobras também assinou novos contratos de produção e exploração, com uma carga tributária bastante maior.

Além da afinidade ideológica com Morales, o governo Lula avalia que as concessões à Bolívia são necessárias para a estabilidade do país, que fornece cerca de metade do gás consumido no Brasil.

Alta do juro pode demorar mais, sinaliza BC (Folha de SP) 18/12/09

Ata do Copom indica que Banco Central ainda não vê riscos com inflação no curto prazo e que Selic pode subir só a partir de abril

Parte do mercado esperava aumento da taxa no começo do ano; especialistas dizem, porém, que BC "manteve portas abertas" para elevação

SHEILA D'AMORIM
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Banco Central deu sinais de que a alta de juros esperada por boa parte dos analistas já para o início de 2010 poderá demorar mais para acontecer, empurrando para o final do primeiro trimestre a expectativa de um movimento na taxa Selic, referência para economia.

Ao mesmo tempo em que avalia que a reação da economia se confirma de forma consistente, o tom do texto da ata da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) mostra que os diretores ainda estão confortáveis em relação à trajetória da inflação na virada do ano. Assim, o BC vai abrindo espaço de forma sutil para o caso de ser necessário mudar de um discurso tranquilizador em relação ao comportamento dos preços em 2010 para outro mais preocupado com pressões inflacionárias, num ambiente de maior crescimento.

Dentro do próprio BC, as avaliações são as de que o crescimento menor do que o esperado registrado no terceiro trimestre deste ano não indica que a recuperação da economia após a crise global será mais fraca daqui para a frente. Mas ainda é preciso aguardar os números do último trimestre para uma análise mais precisa.

Na ata, os diretores destacam, como evidências da retomada do crescimento, a melhora dos dados no comércio, na indústria, no mercado de trabalho, a "recuperação no crédito" e o avanço na confiança de consumidores e empresários. E enfatizam que "o ritmo da retomada da atividade depende, de forma importante, da evolução da massa de rendimentos reais, dos efeitos das medidas de estímulo fiscal e dos incrementos das transferências governamentais que ocorrerão nos meses à frente".

Para eles, que mantiveram a Selic em 8,75% anuais na semana passada, o crescimento "deverá ser beneficiado também" pela política dos bancos oficiais de ampliação do crédito.

Por enquanto, mesmo com as projeções de inflação ligeiramente acima das verificadas na reunião de outubro e em torno da meta de 4,5%, "o Copom avalia que a probabilidade de que pressões inflacionárias inicialmente localizadas venham a apresentar riscos para a trajetória de inflação segue sendo limitada". Mas reconhece que repasses aos preços dependem "das expectativas dos agentes econômicos para inflação".

Como riscos no curto prazo, o BC aponta eventual alta de commodities e a pressão do setor de serviços, que tem mais facilidade para prolongar as pressões inflacionárias passadas com novos reajustes.

Outras previsões

O BC prevê alta de 3,3% para a conta de luz e de 1,6% para a telefonia fixa no próximo ano. Já o botijão de gás e a gasolina não deverão sofrer reajustes.

A tática do BC de misturar excesso de confiança no rumo da inflação com alertas sobre a retomada econômica surtiu efeito no mercado. As apostas de alta nos juros de curto prazo diminuíram, e aumentaram as altas projetadas para as taxas mais longas. "O BC começou a coordenar as expectativas em direção a uma alta de juros que pode vir a partir de abril", diz o economista para América Latina do banco WestLB, Roberto Padovani. Para ele, "o BC manteve a porta aberta, mas disse que não subirá juros agora".

"O BC se mostrou tranquilo e sem pressa para subir juros. O mercado já fez parte do trabalho dele, precificando altas nas taxas que repercutem na economia. Não há por que ele colocar o dedo no gatilho agora.

Mas o risco de subir ainda está presente", Zeina Latif, economista do ING.

Veja a íntegra da ata do Copom

www.folha.com.br/0935111

Aécio desiste da Presidência e amplia pressão sobre Serra (Folha de SP) **18/12/09**

Em pronunciamento, governador não cita paulista nem candidatura ao Senado

Aliados de mineiro dizem que ele decidiu no início da semana; em nota, tucano alfineta Serra e critica PT por apostar na "divisão" do país

Aécio Neves, Fernando Henrique Cardoso e José Serra participam de evento do PSDB

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE
DA REPORTAGEM LOCAL

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, anunciou ontem que desistiu de disputar a indicação do PSDB para concorrer à Presidência da República em 2010. Com isso, antecipa a pressão sobre o outro pré-candidato, o governador de São Paulo, José Serra, que pretendia adiar para março do ano que vem a definição sobre a candidatura tucana. A decisão, noticiada ontem em primeira mão pelo colunista da Folha Fernando de Barros e Silva, foi anunciada por Aécio num pronunciamento de sete minutos em que leu uma nota com alfinetadas no PT e no próprio Serra, que não teve seu nome citado nenhuma vez.

No texto, o mineiro faz uma cronologia do processo de discussão interna do PSDB sobre a sucessão. Diz que defendeu a realização de prévias, que, a seu ver, levariam o partido a "fortalecer sua identidade", sem sucesso.

Lembra que pretendia antecipar a decisão para este ano por achar que "uma construção com essa dimensão e complexidade não poderia ser realizada às vésperas da eleição". De novo, não teve êxito.

"Deixo a partir deste momento a condição de pré-candidato do PSDB à Presidência da República, mas não abandono minhas convicções e minha disposição para colaborar, com meu esforço e minha lealdade", diz o texto, sem, no entanto, mencionar o nome de Serra.

Com a saída de Aécio de cena, as pressões se voltaram para que o paulista antecipe sua decisão. No início da noite, Serra divulgou nota em que elogia Aécio, diz que ele teria "todas as condições" de ser candidato a presidente, mas não fala sobre a própria pré-candidatura.

A desistência de Aécio foi oficializada no Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro. A carta lida tinha sido entregue pela manhã ao presidente e ao secretário-geral do partido, senador Sérgio Guerra (PE) e deputado federal Rodrigo de Castro (MG).

Porta aberta

Na nota, Aécio não explicita que será candidato ao Senado, como vinha dizendo nos últimos meses. Diz apenas que a decisão lhe permite "novas reflexões sobre o futuro". A omissão foi lida por seus aliados como uma porta aberta para voltar a pleitear a candidatura presidencial, caso Serra não se decida logo ou prefira disputar a reeleição ao governo estadual, hipótese considerada hoje pouco provável.

Para os serristas, fica uma brecha, também, para que ele seja vice numa chapa "puro-sangue". As estocadas em Serra no texto são sutis, mas perceptíveis. Aécio reafirmou que sua candidatura traria "um perfil de alianças mais amplo", argumento que usou o tempo todo no debate interno. Diz, ainda, que, se não é possível "controlar" o "tempo da política", não se pode, por outro lado, ser "refém" dele, numa referência à resistência de Serra em antecipar a decisão no PSDB. Já as críticas ao PT foram mais incisivas. Aécio diz, na nota, que o PSDB deve estar preparado para responder à "autoritária armadilha do confronto plebiscitário e ao discurso que perigosamente tenta dividir o país ao meio, entre bons e maus, entre ricos e pobres". Na semana passada, o PT levou ao ar uma propaganda partidária com críticas abertas ao PSDB e com vinhetas que diziam que os tucanos governaram "para os ricos", enquanto Lula governaria "para todos". Antes do pronunciamento Aécio conversou por telefone com Serra e com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, durante reunião de mais de quatro horas com Guerra e Rodrigo de Castro no Palácio das Mangabeiras, sua residência oficial. Serra, que soube da decisão na véspera, foi convidado para o pronunciamento.

Sempre sem citar Serra, Aécio declarou seu comprometimento com os caminhos que o partido tomar. Segundo aliados, o governador mineiro tomou a decisão no início da semana. Por isso não fazia mais sentido "levar isso à frente por mais 15 dias apenas para manter um suspense que não existia para ele", disse Castro. Além disso, o cancelamento de um encontro no Piauí teria contrariado Aécio. Na reunião com Guerra, ele avisou: "Não me venham com a vice".

A possibilidade de uma reviravolta foi escancarada por Castro: "É claro que em política tudo é possível. O governador José Serra não anunciando sua candidatura, nós teremos que conversar com o governador Aécio". Segundo ele, uma menção a Serra no discurso seria um "ato de deselegância".

Castro acrescentou que se espera agora a declaração de Serra. "É lógico que o partido agora espera uma decisão." (BRENO COSTA E CATIA SEABRA)

Leia a íntegra da nota de Aécio Neves

www.folha.com.br/093513

Para Meirelles, economia cresce fortemente (Folha de SP) 18/12/09

DA REUTERS

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou que a economia está crescendo fortemente e que a autoridade monetária está preparada para tomar as ações necessárias, em caso de aceleração da inflação.

Mas ressaltou que as expectativas de inflação estão consistentes com a meta do ano que vem (de 4,5%).

Segundo Meirelles, o país deve ter expansão de mais de 5% no próximo ano. Para ele, 2009 termina do jeito esperado e 2010 terá crescimento "ancorado na geração de emprego e aumento do crédito".

Também acrescentou que o BC tem as ferramentas para manter a estabilidade dos preços e que está tomando medidas para evitar eventuais transmissões de desequilíbrios gerados nos EUA por excesso de liquidez.

"A economia brasileira está crescendo muito, e não há dúvida de que em algum momento sempre é possível que surja alguma pressão de preços. Caso surja, o BC estará preparado para tomar as medidas necessárias."

Ele ponderou, no entanto, que o crescimento após a crise tem sido "equilibrado" e "sustentável" e que a previsão de crescimento do mercado de crédito em 2010 é bastante positiva.

Indústria brasileira vai priorizar mercado interno, afirma CNI (Folha de SP) 18/12/09

74% das empresas brasileiras do setor priorizarão negócios no país em 2010

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O descompasso entre a recuperação da economia brasileira e a retomada do comércio internacional fez com a indústria deixasse de priorizar o mercado externo na elaboração dos novos planos de investimentos para 2010, o que pode

retardar ainda mais a reentrada dos produtos nacionais em países que são clientes tradicionais do Brasil, mas perderam o fôlego de compras durante a crise.

De acordo com sondagem da CNI (Confederação Nacional da Indústria), os esforços de melhoria e ampliação da capacidade de 74,1% das indústrias brasileiras no próximo ano estarão voltados principalmente para o mercado interno, que tem sustentado o aumento das vendas do setor. Apenas 5,2% das empresas afirmaram que os investimentos terão como objetivo principal atender a demanda externa.

"Esse é um dado preocupante porque envolve a competitividade dos nossos produtos, e revela uma tendência da indústria que vem desde 2004, claramente acompanhando a valorização do real nesse período", afirmou o gerente de Pesquisa da CNI, Renato da Fonseca.

Segundo o economista, as empresas que deixarem de investir agora pensando nas exportações terão dificuldades em atender à demanda internacional no futuro e em oferecer mercadorias com a qualidade e a inovação exigidas para o retorno a grandes mercados.

"Nossa reação é limitada pela retração do comércio mundial, por causa do câmbio e, olhando para a frente, a diminuição desses investimentos. O esforço para ganharmos mercados até a metade desta década pode estar sendo solapado por essas condições", avaliou o gerente de Política Econômica da entidade, Flávio Castelo Branco.

Segundo a CNI, 85% das indústrias brasileiras investiram em 2009. Desse grupo, 46,3% conseguiram concluir as inversões previstas, percentual semelhante ao de anos anteriores, mas partindo de planos mais modestos de ampliação, por causa da crise econômica.

Com o crescimento da economia e a retomada das vendas, 86,6% das indústrias planejam investir no próximo ano. A projeção da entidade para o total de investimentos médio da indústria em 2010 é de R\$ 4,353 milhões, um aumento de 23% sobre a estimativa de R\$ 3,526 milhões deste ano.

No entanto, as empresas continuarão dependendo principalmente de recursos próprios e de fontes oficiais para expandir e realizar melhorias. Para 2010, a expectativa é que em média 55% dos valores investidos saiam do caixa das companhias e 26,5% de bancos de fomento, como o BNDES. As instituições privadas devem responder por apenas 8,3% dos financiamentos.

Governo define reajuste do mínimo até 2023 (Folha de SP) 18/12/09

Percentual de aumento será pela inflação do ano anterior, mais o crescimento do PIB de dois anos antes

DO "AGORA"

O governo definiu que o reajuste do salário mínimo até 2023 será calculado pela inflação do último período, mais o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto, a soma das riquezas produzidas no país) de dois anos antes. O crescimento do PIB representa o ganho real (acima da inflação) que o salário mínimo irá ter.

Esse cálculo vem sendo feito assim desde 2007, por meio de medidas provisórias. Esse reajuste foi definido em um acordo com as centrais sindicais, em 2006, como forma de recompor o poder de compra de quem ganha o mínimo.

Na próxima semana o governo deverá editar a última MP sobre isso. O texto, segundo o líder do governo na Câmara dos Deputados, o deputado Henrique Fontana (PT-RS), vai estabelecer a política de reajuste do piso. "Isso [o reajuste igual à inflação mais o crescimento do PIB de dois anos antes] já está definido. Vai ser assim."

Com a edição da medida provisória, a forma de cálculo do salário mínimo irá virar lei.

Para o ano que vem, o aumento previsto para o mínimo é de 8,72% -sendo 3,47% da inflação e 5,1% do crescimento do PIB de 2008. Isso daria um piso mínimo de R\$ 505,55. No entanto, o líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), acha que o valor do mínimo pode chegar a até R\$ 509, dependendo de ajustes nas contas públicas.

Como o governo Luiz Inácio Lula da Silva sempre arredondou o salário mínimo para múltiplos de 5 -como os atuais R\$ 465-, a expectativa é que o valor, para 2010, possa ser arredondado para R\$ 510.

Ainda não há previsão para o que fazer com o ganho real nos casos em que o PIB for negativo, fato que pode ocorrer neste ano. O presidente da Força Sindical, deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), aposta no diálogo. "A proposta do reajuste inclui uma comissão de negociação, que pode negociar um percentual de aumento real se o PIB for negativo", disse o deputado.

Mais que o mínimo

Os aposentados que ganham o piso terão o mesmo reajuste do salário mínimo até 2023.

Já aqueles que recebem mais do que isso terão, por enquanto, ganho real apenas em 2010. Também por MP, o governo vai conceder aumento real de metade do crescimento do PIB (2,55%) a esses segurados, o que equivale a reajuste de 6,2%.

Acordo corre o risco de não ter meta (O Estado de SP) 18/12/09

Negociações foram destravadas, mas questões centrais continuam indefinidas; EUA anunciam fundo de até US\$ 100 bi

Andrei Netto e Afra Balazina, ENVIADOS ESPECIAIS, COPENHAGUE

Chefes de Estado e de governo de 193 países têm hoje, em Copenhague, a oportunidade histórica de provar ao mundo o quanto as mudanças climáticas são, mais do que um discurso, uma prioridade política mundial. Depois de dois anos de trabalhos diplomáticos, a 15ª Conferência do Clima (COP-15) das Nações Unidas chega a seu último dia ainda sob ameaça. Apesar de sinais positivos enviados ontem pelos Estados Unidos e por países emergentes, Brasil incluso, há o risco de a criação de um novo protocolo ser adiada em, pelo menos, seis meses.

Ontem, uma maratona de negociações e de encontros bilaterais de ministros e presidentes, além de uma reunião extraordinária entre 25 chefes de Estado, à noite, tentava desatar os nós que impedem, até aqui, um acordo sobre a fixação de metas de redução das emissões de gases-estufa na atmosfera. No último dia, quase nada era consenso. Não há certeza sobre se haverá um Protocolo de Copenhague nem sobre o nível de engajamento dos EUA. O país de Barack Obama é crucial nas negociações porque só com sua presença será possível impedir a elevação da temperatura global em no máximo 2°C até 2100 - um cenário que teria efeitos nefastos em ecossistemas de todo o planeta.

Depois de flertar com o colapso total anteontem, quando a Dinamarca quase provocou o abandono das negociações pelos países da África, as discussões ontem evoluíram com o anúncio feito pela secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, de que aceitam uma linha de financiamento de até US\$ 100 bilhões para ações de adaptação e redução das emissões até 2020. "No contexto de um acordo sólido, que envolveria todas as grandes economias em ações significativas de atenuação (do aquecimento) e ofereceria transparência total sobre sua implementação, os Estados Unidos estão prontos a cooperar", afirmou Hillary.

Apesar do sinal positivo, cresceu a chance de que as decisões mais importantes sejam adiadas em seis meses, em razão de atrasos nas negociações e pontos de divergência sobre o documento - como seu valor jurídico como tratado internacional, que permanece em aberto. Diante da possibilidade de fracasso no maior esforço diplomático da história, líderes mundiais se sucederam no plenário da COP-15 clamando por um acordo. "Quaisquer que tenham sido as posições de início, o fracasso nos é absolutamente proibido", afirmou o presidente da França, Nicolas Sarkozy, lembrando a dimensão inédita do evento: "Todos nós teremos contas a prestar à opinião pública mundial."

Ontem, o naufrágio das negociações foi evitado pela vitória simbólica dos países em desenvolvimento (G77) na queda de braço com a Dinamarca, que ameaçava atropelar as negociações e propor um texto unilateral que representaria a virtual morte do Protocolo de Kyoto.

Receita ameaça grandes empresas com fiscalização na "boca do caixa" (O Estado de SP) 18/12/09

Devedoras sistemáticas estarão sujeitas ao controle diário da movimentação financeira por um auditor fiscal

Adriana Fernandes, BRASÍLIA

Na mais dura ação de combate à sonegação dos últimos anos, a Receita Federal resolveu adotar ontem uma medida de exceção para fiscalizar as empresas devedoras de tributos. A partir de janeiro, as empresas apontadas pela área de fiscalização como devedoras sistemáticas poderão ter de conviver diariamente com um auditor fiscal dentro do estabelecimento controlando o caixa e toda a movimentação financeira.

Instrução Normativa publicada ontem no Diário Oficial da União regulamenta artigo da Lei 9.430, de 1996, que permite a criação do Regime Especial de Fiscalização (REF). Além de sofrerem fiscalização ininterrupta, as empresas sujeitas ao regime terão reduzidos à metade os períodos de apuração e os prazos de recolhimento dos tributos. Um imposto pago mensalmente, por exemplo, terá de ser recolhido a cada 15 dias.

O anúncio da medida foi feito um dia depois de a Receita ter lançado um pacote de combate ao "planejamento tributário", com aperto tanto para as empresas como para as pessoas físicas. Segundo o subsecretário de Fiscalização da Receita, Marcos Neder, o objetivo da medida é "dar mais pressão" à percepção de risco dos contribuintes. "É uma medida de exceção pela qual a Receita vai controlar a boca de caixa da empresa", afirmou. "A medida é dura, mas será usada com parcimônia."

As primeiras empresas que serão colocadas em regime de exceção serão escolhidas em janeiro. Segundo Neder, as empresas sujeitas ao REF são grandes devedores contumazes, que frequentemente são autuados pela Receita, mas continuam no mercado, prejudicando a concorrência. O perfil, no entanto, não é necessariamente o de grandes empresas.

O dirigente da Receita comparou o sistema de arrecadação a uma caixa d'água de um prédio, que precisa de pressão para encher mais depressa. A caixa d'água é a arrecadação do governo e a pressão, a fiscalização da Receita. "O que garante a arrecadação é a certeza de punição do infrator. É a sensação de risco", disse Neder.

Segundo ele, a fato de as empresas devedoras contumazes continuarem operando, apesar de várias autuações da Receita, enfraquece o poder de fiscalização. Mas destacou que, pelo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) a Receita não tem poder de fechar uma empresa por ser devedora recorrente do Fisco.

As empresas que forem incluídas no REF passarão ainda por um controle eletrônico diário. As emissões de documentos comerciais e fiscais da movimentação financeira também ficarão sob controle dos auditores. A multa para as empresas incluídas no REF é maior, de 150% do valor sonegado.

A medida de exceção, segundo o subsecretário, não tem como foco setores específicos, mas grandes devedores. Ele destacou, porém, setores em que é mais frequente a sonegação, como combustíveis, bebidas, cigarros e o importador.

Neder disse que havia uma grande pressão dos contribuintes que pagam seus impostos em dia e também dos fiscais da Receita para que o REF fosse regulamentado. Ele negou que a medida tenha alguma relação com os impactos da crise financeira internacional na arrecadação. "A Receita está tentando recuperar crédito tributário de empresas que estão sempre infringindo a lei e continuam operando. Vamos dificultar a vida dessas empresas."

Anadarko descobre óleo leve no pré-sal (O Estado de SP) 18/12/09

Bloco da Bacia de Campos em que empresa americana encontrou petróleo é operado pela Devon, que vai vender os ativos fora dos EUA

Nicola Pamplona, RIO

A petroleira americana Anadarko anunciou ontem a descoberta de petróleo no pré-sal da Bacia de Campos, em bloco operado pela Devon, também dos Estados Unidos. Em comunicado, a Anadarko informou que se trata de um reservatório de óleo de boa qualidade, com características semelhantes ao de Jubarte, campo da Petrobrás produtor de óleo do pré-sal desde o ano passado. O poço foi batizado provisoriamente de Itaipu.

"Os resultados positivos deste poço e o sucesso em nossas outras atividades no pré-sal na Bacia de Campos nos dão grandes motivos para estarmos confiantes a respeito das oportunidades na área", disse, no comunicado, o vice-presidente de Exploração Internacional da Anadarko, Bob Daniels. A companhia já tem outra descoberta do pré-sal da Bacia de Campos, em um projeto batizado de Wahoo, no bloco exploratório BM-C-30.

O poço Itaipu foi perfurado em um bloco vizinho, BM-C-32, a cerca de 10 quilômetros de Wahoo, e atingiu profundidade superior a 5 mil metros. Pouco mais de 3 quilômetros separam a descoberta do Campo de Jubarte, que fica em um complexo petrolífero batizado pela estatal de Parque das Baleias, principal foco de exploração do pré-sal fora da Bacia de Santos.

Jubarte foi o primeiro campo a produzir petróleo do pré-sal no País, com a conexão, em setembro do ano passado, de um poço com vazão de até 18 mil barris por dia à plataforma P-34. Em 2010, o Parque das Baleias ganhará uma plataforma dedicada ao pré-sal, com capacidade para extrair até 100 mil barris por dia de reservatórios em Jubarte, Cachalote e Baleia Anã.

Além de Anadarko e Devon, o bloco BM-C-32, onde está Itaipu, tem participação da petroleira coreana SK. Os mesmos parceiros dividem a concessão BM-C-30, de Wahoo. As empresas não informam projeções de reservas na região, alegando precisar de novas informações. Segundo a Anadarko, o próximo passo será uma reentrada no poço Wahoo 2 para nova avaliação.

A nova descoberta em campos deve ter implicações positivas no processo de venda de ativos da Devon, anunciado no mês passado - quando a empresa afirmou que venderia todos os ativos internacionais e do Golfo do México para se concentrar na exploração de petróleo e gás em terra nos Estados Unidos. A avaliação é do analista do UBS William Featherston.

Segundo ele, dada a "escassez de áreas no pré-sal disponíveis para arrendamento no Brasil, a notícia de ontem aumenta o valor do programa de venda de ativos da Devon, que inclui suas fatias nos dois blocos brasileiros".

COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

EBX avança na Bolsa, apesar da operação tímida (O Estado de SP) 18/12/09

Empresas do grupo passaram de um valor de mercado de R\$ 17,6 bi no final de 2008 para R\$ 63,7 bi agora

Débora Thomé, RIO

Nos últimos 12 meses, o valor de mercado das empresas do grupo EBX, do empresário Eike Batista, mais do que triplicou. Somadas, MMX (mineração), OGX (petróleo), MPX (energia) e LLX (logística) passaram de R\$ 17,63 bilhões para R\$ 63,78 bilhões. No mesmo período, a valorização do Ibovespa foi de 79%. O bilionário empresário prepara agora mais uma oferta de ações no mercado: no próximo ano, a OSX, sua empresa de estaleiros, pretende fazer seu IPO (oferta pública inicial de ações). Também para 2010 é esperada a licença de instalação para o estaleiro em Biguaçu (SC), o primeiro projeto.

A trajetória ascendente das empresas na Bolsa contrasta com o escasso resultado operacional. Até o momento, apenas quatro operações não financeiras dão receita: 51% de uma termelétrica no Amapá, que gera tímidos 23 megawatts (o equivalente ao consumo de Boituva, no interior de São Paulo); uma pedreira no Rio de Janeiro, com receita de R\$ 300 mil em todo o terceiro trimestre; e duas unidades de mineração: em Corumbá (MS) e Serra Azul (MG), com produção de 8,7 milhões de toneladas de minério de ferro por ano (menos de 4% da produção da gigante Vale projetada para este ano).

Os resultados ainda tímidos afetaram, de certa forma, até mesmo a unidade entre os grandes nomes da diretoria, que deu credibilidade aos IPOs das empresas do grupo. Há alguns meses, Rodolfo Landim, na época na OGX, desentendeu-se com Eike Batista. A empresa não confirma a história, mas o Estado apurou que o empresário teria pedido aos diretores que devolvessem parte dos lucros com os resultados para a empresa, como forma de atravessar melhor a crise. Landim não concordou e, apesar de continuar no grupo, acabou mudando de companhia - está hoje na OSX.

Entre as empresas do grupo EBX, a mineradora MMX foi a primeira a fazer acender a luz amarela entre os analistas, com uma dívida líquida de R\$ 1,4 bilhão e capacidade ainda muito aquém dos 40 milhões de toneladas de minério inicialmente previstos. A história pode mudar com a compra de 21,52% da companhia pelos chineses da Wuhan, anunciada recentemente.

De qualquer forma, por enquanto, a receita vem mesmo de Serra Azul - e residualmente de Corumbá. Faltam entrar em operação a unidade de Bom Sucesso (MG) e os negócios no Chile, que ainda não andaram. Até pouco, a empresa previa que seria possível extrair minério de Bom Sucesso em 2013; a conta do mercado, porém, já estava em 2014. Com o aporte da Wuhan, a MMX diz que "todo o plano de investimentos está em revisão".

"Quem investe nos papéis das empresas de Eike Batista não está aplicando no resultado dos negócios, até porque eles não existem ainda. Está investindo no resultado que ele pode obter diante da venda do negócio; esse é o modelo", comenta um empresário que acompanha o assunto. Os negócios de Eike Batista são questionados por muitos, não por sua lisura, mas pela alta expectativa. E foi assim desde o início, nos IPOs. Quando tinha pouco mais a oferecer que projetos, a MMX captou R\$ 1,1 bilhão; a MPX, R\$ 2 bilhões; e a OGX, incríveis R\$ 6,7 bilhões.

No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já foram aprovados empréstimos de mais de R\$ 3,7 bilhões para as empresas do grupo, sendo que R\$ 1 bilhão na última semana, para uma termelétrica a carvão no Maranhão. Outros R\$ 1,4 bilhão foram destinados à termelétrica de Pecém; R\$ 1,3 bilhão para a LLX Minas e R\$ 13,4 milhões para a MMX. Além disso, o BNDESPar tem participação de 6% na LLX e de 2,61% na MPX.

A primeira das novas térmicas da MPX deve começar a funcionar em 2011. Na melhor das hipóteses, portanto, começa a gerar receita daqui a dois anos. A empresa já está com contrato de fornecimento de energia que lhe garante R\$ 700 milhões anuais. Porém, sendo tudo a carvão, pode enfrentar problemas de restrição ambiental. Feitas as contas, são 1.440 MW ainda em obras e 1,5% disso, 23 MW, de energia gerada a diesel no Amapá. Em 2007, a empresa falava em gerar 10 mil MW até 2011.

Os projetos de construção de dois portos no Rio de Janeiro pela LLX - Açu e Sudeste -, que já consumiram R\$ 1,2 bilhão e muitas declarações de Eike Batista, estão envolvidos em um contencioso: a questão do uso dos portos no País. A lei

determina que portos privados, que não passam por licitação pública, podem ter, no máximo, uso misto, ou seja, transportar carga da própria empresa, fazendo eventualmente - e em um total menor que 50% - o transporte de cargas de terceiros.

Neste momento, no STF, está sendo julgada a constitucionalidade do funcionamento de portos que atuam sem licitação. O modelo do Porto do Açu - que já vem sendo contestado por outras empresas de operação portuária - pretende contornar essa exigência, fazendo com que as geradoras de carga sejam todas ligadas à LLX, detentora da licença.

Dos 66 entendimentos para a instalação no porto, quatro estão mais avançados, mas nenhum fechado. Mesmo assim, sem operar, o valor de mercado da LLX é hoje muito maior que o valor somado das outras três grandes empresas de logística portuária presentes na Bolsa.

TEORIA E PRÁTICA

MPX (energia): Por enquanto, ainda estão no projeto as usinas Pecém I (previsão de conclusão 2011), Pecém II (previsão para 2012) e Itaqui (previsão para 2011). Em operação, apenas a termelétrica da Serra do Navio, no Amapá, com capacidade de geração de 23 megawatts

MMX (mineração): Ainda estão sem produção a Minera MMX de Chile, adquirida recentemente, e a Unidade Bom Sucesso da MMX Sudeste. Em operação, apenas a MMX Corumbá, em Mato Grosso do Sul, e a Unidade Serra Azul da MMX Sudeste, com produção de 8,7 milhões de toneladas de minério de ferros

LLX (logística): Ainda estão no papel o Porto do Açu (com previsão de conclusão em 2012) e o Porto Sudeste (que tem previsão de início das obras em 2010). Em operação, apenas a Pedreira Sepetiba

Presente político versus futuro ambiental (O Estado de SP) 18/12/09

Mario Cesar Flores

A declaração atribuída à ex-ministra Marina Silva de que "a sociedade precisa exigir urgência" (Estado, 29/11), referida à questão ambiental, sugere uma dúvida: a urgência a ser exigida teria motivação homogênea?

Vivemos num mundo em parte desenvolvido, rico e consumista e, em grande parte, em desenvolvimento ou subdesenvolvido e pobre. Essa grande parte aspira à ascensão ao consumismo, identificado como símbolo de cidadania pela propaganda que o sustenta. Ascensão praticamente inviável sem danos ao meio ambiente: as demandas de 7 bilhões de habitantes - e crescendo a 10 bilhões em alguns decênios mais -, dramaticamente críticas as de alimentação e energia, comprometem necessariamente a natureza. Muito ou pouco, em consonância com o maior ou menor cuidado humano, mas comprometem. Medidas disciplinadoras e inovações tecnológicas podem moderar o ritmo do comprometimento, mas não o eliminam.

Voltando à frase atribuída à ex-ministra: a grande parte da população global pretendente à ascensão socioeconômica prefere urgência para a melhora de sua vida ou urgência para as medidas redutoras dos danos ao meio ambiente? Prefere urgência para menos carros, menos DVDs e TVs, menos empregos, menos consumo de energia, menos degradação ambiental e menos poluição, ou prefere urgência para a melhora de vida a curto prazo, na contramão de tudo isso?

Manifestações como as de Copenhague não refletem o anseio da humanidade completa: embora à sombra da retórica ambientalista, grande parte dela hierarquiza compreensivelmente suas necessidades presentes - reais (alimentação, por exemplo) ou criadas pela paroxística propaganda da economia moderna - acima da ameaça ambiental de maior prazo. A respeito das manifestações cabe aqui uma observação instigante: elas são praticadas por pessoas em confortável nível de bem-estar no paradigma consumista, que não teria como se sustentar caso a contenção do descalabro por elas preconizado viesse a ser "para valer"...! Estariam aqueles manifestantes sinceramente propensos a abdicar de seu padrão de vida, alcançado no modelo que retoricamente condenam?

Soam mal as posições peremptórias do tipo "os ricos têm que..." Afinal, estamos todos no mesmo barco, sob ameaça do mesmo temporal, que já vem soprando ventos preocupantes. E soa mal a vociferação da culpa alheia como justificativa de erros próprios - algo assim como justificar a destruição da selva amazônica porque a Europa destruiu a "floresta negra". É justo que o preço dos rumos redutores da ameaça - preço do corte da emissão de gases, da inovação tecnológica e outros - recaia em maior proporção nos países desenvolvidos e ricos, porque estará incidindo sobre um padrão de vida mais alto, mas isso não significa orgia livre para os pobres ou remediados, o Brasil entre eles.

Há nesse imbróglio - o que fazer/qual o sacrifício, quem deve pagar - um detalhe imperativo e complexo, curiosamente omitido da discussão: a interveniência crítica da política democrática no processo. Sempre careceu de fundamento realista a expectativa de que tudo se resolveria com a chegada a Copenhague dos presidentes e chefes de governo: se líderes de democracias, poderiam eles acordar benevolmente medidas corretivas de descalabros ambientais que repercutissem no (des)emprego, nos anseios e no bem-estar imediato dos seus povos? Suas decisões poderiam ser indiferentes ao sistema homologatório inerente à democracia, às eleições? Estariam eles e suas correntes políticas propensos a aceitar perder a próxima eleição, em proveito da defesa de um futuro ambiental em que já serão página virada, na política?

É improvável: a lógica e a dinâmica da democracia não corroboram essa hipótese. Por judiciosos que sejam os políticos - o que não é regra geral -, na política democrática a pressão da conveniência imediata do eleitor que vota hoje tende a prevalecer sobre o interesse virtual do eleitor que ainda não nasceu, sobre a ideia de ameaça ao mundo natural e à civilização que nele construímos - ameaça de fato amedrontadora, a ser concretizada ao longo de um futuro talvez não longínquo, mas posterior à próxima eleição... As manifestações ao estilo Copenhague não significam aval eleitoral ao sacrifício. Havia nelas destituídos e pretendentes à ascensão, de inexorável custo ambiental, maciçamente influentes no mercado eleitoral do mundo subdesenvolvido e em desenvolvimento?

A ameaça ambiental merece atenção e cuidado, mas no fundo ela não entusiasma decisivamente quem luta agora para sobreviver, quem pretende ascender agora no modelo socioeconômico que criamos, caracterizado pelo consumismo comprometedor da natureza! Ou quem simplesmente vive muito bem nele e assim quer continuar, embora esbravejando hipocritamente cuidados ambientais que, se levados a cabo, implicariam moderação de seu padrão de vida. Enfim: poucos, se tanto, discordam da existência do macroproblema ambiental, e já existe realmente razoável consenso global quanto à necessidade de contenção do descalabro em curso, mas o consenso ocorre no diagnóstico, não chega à medicação, cujos custos caberiam sempre aos outros... Na hora do pagamento prepondera o interesse imediato, que se reflete no campo político-eleitoral.

Esta é a realidade política: a sustentabilidade sadia da natureza e com ela a do futuro de maior prazo da humanidade compele a alguma provação hoje, que, por sua vez, induz turbulência política no curto prazo: no mundo democrático, impor privação ao povo, por mais que a lógica e a sensatez a recomendem, significa risco político-eleitoral. Daí a tendência a "empurrar" o preço para os outros: estar-se-á assim simultaneamente salvando o mundo ambiental e, em casa, não comprometendo a próxima eleição... Resolver a equação do presente político x futuro ambiental, com justiça e democracia, é um desafio que vivemos hoje.

Mario Cesar Flores é almirante de esquadra (reformado)

Governo ainda investiga falha em sistema (Valor Econômico) 18/12/09

Josette Goulart, de São Paulo

Uma falha na comunicação entre o ONS e as empresas de transmissão de energia continua a ser investigada

Uma falha na comunicação entre os sistemas do Operador Nacional do Sistema (ONS) e as empresas de geração e transmissão de energia em 10 de novembro, dia do apagão, continua a ser investigada - embora, segundo fontes do governo, não tenha sido responsável pelo incidente, mas pela dificuldade no "ilhamento" e no religamento da energia.

A hipótese de ataque de hackers é oficialmente descartada pelo governo, mas o Valor apurou que o sistema de gestão do ONS, que envia os comandos de geração e transmissão a todo o país, estava vulnerável a ciberataques. Em fevereiro, a Areva, responsável por 70% da operação do ONS, comunicou mundialmente que foram identificadas vulnerabilidades em algumas versões de suas plataformas e-terrahabitat. O diretor da empresa no Brasil, Ricardo Hering, disse que o sistema do ONS é o e-terrahabitat 5.2 e que essa versão não está incluída no alerta, embora documento do Departamento de Segurança de Sistemas Americano (US-Cert) informe que os sistemas afetados são as "versões 5.7 do e-terrahabitat e anteriores".

Infraestrutura: Sistema de gestão de controle do ONS é vulnerável a ataques de hackers por falta de atualização

Falha de comunicação prolongou blecaute (Valor Econômico) 18/12/09

Josette Goulart, de São Paulo

Uma séria falha na comunicação entre os sistemas do Operador Nacional do Sistema (ONS) e as geradoras e transmissoras de energia no dia do apagão é o motivo que realmente está preocupando o governo federal no episódio que afetou o fornecimento de energia em 18 Estados no dia 10 de novembro. As causas dessa falha ainda estão sendo apuradas, e algumas fontes afirmam que esse problema não foi o responsável pelo apagão, mas pela falha no ilhamento e no religamento da energia. A hipótese de hackers é oficialmente descartada pelo governo, mas o Valor apurou que o sistema de gestão do ONS, que envia os comandos de geração e transmissão da energia elétrica em todo o país, estava vulnerável a ciberataques.

Em fevereiro deste ano, a Areva Transmissão e Distribuição, empresa responsável por 70% da operação do ONS, comunicou mundialmente a seus clientes que foram identificadas múltiplas vulnerabilidades em algumas versões de suas plataformas e-terrahabitat. O departamento americano de segurança de sistemas, por meio do US-Cert (United States Computer Emergency Readiness Team), imediatamente tornou público o comunicado e enfatizou que as vulnerabilidades identificadas permitiam a um invasor a ter acesso a contas privilegiadas do operador do sistema, executar arbitrariamente comandos ou abrir uma porta para uma invasão.

As vulnerabilidades foram descobertas por uma empresa israelense de segurança chamada C4, que trabalha em parceria com o Idaho National Labs e com o próprio departamento de segurança americano (Department of Homeland Security Control Systems Security Program). O diretor de solução de redes na Areva do Brasil, Ricardo Hering, disse que o sistema do ONS é o e-terrahabitat 5.2. Na entrevista que concedeu, ele afirmou que essa versão não estava suscetível a invasões e que o alerta era apenas para a versão 5.7. Portanto o ONS não se enquadraria no quadro de vulnerabilidades relatado.

O documento, disponível no site www.us-cert.gov, diz que os sistemas afetados são os das "versões 5.7 do e-terrahabitat e anteriores". O relatório menciona soluções para cessar as vulnerabilidades e diz que os usuários do e-terrahabitat, versões 5.5, 5.6 e 5.7, deveriam aplicar um dispositivo de segurança (e-terrahabitat_560_P20081030_SEC) imediatamente. Para aqueles softwares com versão 5.4 ou anteriores, a recomendação era de que fizessem uma atualização para a versão 5.6 ou superiores.

No Brasil quem também usa a versão 5.5 é a AES Eletropaulo, empresa de distribuição na capital paulista, a última a ter a energia restabelecida por completo na madrugada do dia 10. A empresa foi procurada para falar sobre o assunto e desconhecia o documento da US-Cert. O Valor enviou o link do principal acesso ao documento e a resposta oficial da empresa foi que: "Não procede a informação de que a AES Eletropaulo não fez atualização do sistema e-terrahabitat, um dos módulos do sistema Scada-Areva (sistema de controle e aquisição de dados). A versão que a empresa utiliza é a 5.5 e não a versão 5.7, que foi objeto de vulnerabilidade. O sistema conta com várias barreiras de segurança, o que garantiu seu pleno funcionamento na noite do dia 10 de novembro de 2009". A empresa diz que não foi comunicada pela Areva de nenhuma vulnerabilidade.

O ONS foi procurado para falar sobre o assunto no início da tarde ontem, mas o diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, não se manifestou. A Areva foi a única empresa que deu alguma explicação. Ricardo Hering, o diretor da Areva, disse que, apesar da vulnerabilidade em questão, é importante destacar que para um hacker fazer qualquer ataque teria que passar antes por vários outros níveis de segurança para comprometer o sistema. A plataforma da Areva está no nível três, e antes é preciso passar pelo nível um, em que estão os equipamentos dos geradores, e pelo nível dois, onde estão as subestações. Mesmo assim o, ataque teria que ter sido iniciado no sistema corporativo da empresa, segundo Hering.

O que chama mais a atenção no trabalho feito pelos israelenses da C4 Security é o relato de como um hacker, sem ter qualquer conhecimento de engenharia de gestão ou do sistema elétrico, pode invadir o centro de controle de um país e causar um blecaute. Em um relatório, assinado por Eyal Udassin, a empresa desbanca argumentos de segurança que são dados pelos operadores. Udassin lembra que três vulnerabilidades críticas foram descobertas por eles em 2008. "Mesmo tendo sido a primeira vez que foi demonstrada a tomada de controle do sistema SCADA, havia antes disso poucos engenheiros que duvidavam que seria possível ter um ataque que causasse danos reais", diz o relatório.

SCADA é a sigla em inglês para Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados e é um conceito usado em todo o mundo para o gerenciamento de redes. Desde os ataques terroristas do 11 de setembro, o governo americano tem se preocupado com a vulnerabilidade de seus sistemas e mais ainda do SCADA, que rege toda a infraestrutura dos países. Mesmo com as vulnerabilidades relatadas pela C4, os operadores do SCADA dizem que, caso um hacker consiga entrar no sistema, ele não teria informações da localização das plantas de geração ou de transmissão e mesmo os documentos que estão na rede não teriam significado para esses invasores. Assim, eles não conseguiriam causar um dano físico real. É a chamada segurança pela obscuridade.

O relato feito pela C4, uma espécie de empresa de hackers profissionais, mostra, entretanto, que não é preciso saber como operar sistemas elétricos, basta entender de computador. Primeiro, porque os protocolos de controle são simples, segundo a C4, e em 95% dos casos tratam de sistemas liga e desliga. Para o invasor, a informação relevante é saber a

função do operador do sistema elétrico, que é manter o equilíbrio entre geração e demanda de energia. Além disso, informação crucial é saber que, pela manhã, o consumo cresce, e cai à noite.

Essa é a chave, segundo o relato: "Vamos transformar o dia em noite e vice-versa". "Não se preocupem em saber o que nós estamos enviando de informações, porque o operador já está cuidando disso por nós". Após a instalação de um software malicioso no sistema a ser atacado, o trabalho do hacker ficaria dividido em dois estágios: o de aprendizado e o da ação de fato. Na primeira fase, o invasor precisa recolher todas as informações que estão sendo enviados às usinas, e a partir delas criar pares de comandos/respostas com a classificação dos horários em que os comandos são dados.

Quando informações suficientes já tiverem sido coletadas, é só esperar pelo próximo momento crítico do dia, pela manhã ou à noite. São críticos, porque nestes momentos a demanda por energia está variando. Basta então derrubar todas as mensagens do servidor SCADA e, no lugar, enviar os comandos opostos para o campo. Na prática, o que acontece é que se o hacker decide invadir o sistema pela manhã, quando a demanda está em alta, ele deve enviar os comandos da noite para o campo de geração. Comandos como "desconectar a planta de geração auxiliar do sistema" ou "reduzir a geração na principal usina".

O operador do sistema, neste momento, tentará conectar mais plantas de geração para suprir a demanda, mas não terá sucesso, porque os comandos serão ignorados, já que estão bloqueados pelo ataque. Com o sistema gerando menos energia do que está consumindo, uma perturbação será sentida pelo sistema e isso tem um alto potencial de causar blecautes, segundo o relato dos 'hackers' da C4. Até mesmo a frequência elétrica poderá ser alterada.

A questão da possibilidade de que hackers poderiam ter causado o apagão do dia 10 de novembro foi levantada, porque menos de uma semana antes o prestigiado programa de jornalismo "60 Minutes" da emissora de TV americana CBS, em reportagem especial sobre sabotagens de sistema, afirmou que apagões que afetaram alguns Estados brasileiros, nos anos de 2005 e 2007, teriam sido causados por hackers. A reportagem da emissora chegou a essa informação porque o presidente Barack Obama, quatro meses após ter assumido o cargo, disse que se preocupava com ataques a infraestruturas do país.

"Nós sabemos que ciberinvasores tentaram atacar nosso sistema elétrico, e, em outros países, ciberataques deixaram cidades inteiras no escuro", disse Obama. Em nenhum momento ele revelou que países eram esses, mas a reportagem da CBS ouviu seis fontes, entre elas militares, agentes de inteligência e empresas de segurança, que contaram que o presidente se referia ao Brasil.

O que causou a falha na comunicação que está no relatório do ONS sobre o apagão de novembro ainda está sendo apurada e as informações preliminares sugerem que o problema aconteceu apenas no religamento dos sistemas. Mas fonte da Aneel diz que "foi diferente de 2007, em que a falha de comunicação foi o que causou blecaute no Rio e no Espírito Santo".

A preocupação americana com a segurança do sistema SCADA se deve ao fato de que invasores acessaram a operação de uma planta de geração termelétrica do país. Em 2008, o governo americano decidiu então pedir estudos para reforçar a segurança dos sistemas SCADA. O então diretor da divisão de segurança de rede Andy Purdy disse que a exposição dos sistemas a softwares maliciosos cresceram em função da crescente conexão à internet. A internet, por meio de ataques a redes corporativas, seria a porta de acesso para os sistemas de operação que não estão ligados à rede mundial de computadores.

Como foi noticiado alguns dias após o apagão, o site do ONS estava vulnerável a hackers. Segundo declarações de Hermes Chipp na época, o ataque ao site teria sido feito após o apagão, e aquela porta de entrada dava acesso apenas a dados administrativos do operador. Um especialista em tecnologia, que invadiu a rede, contou a experiência em seu blog, em uma tentativa de mostrar a fragilidade do sistema. Segundo algumas informações, hoje é feita uma varredura do sistema 48 vezes por dia, ou seja, a cada meia hora e por sistema de viva-voz. Assim, a comunicação não permitiria que invasores passassem informações trocadas, transformando o dia em noite, como sugere Udassin, da C4.

O ONS possui hoje o centro nacional de operação e quatro centros regionais localizados em Brasília, Recife, Rio de Janeiro e Florianópolis. A Areva fornece os sistemas das regionais de Florianópolis, Brasília e Recife. Mas todos estes sistemas da Areva, em operação desde 2002, serão trocados nos próximos dois anos. No início deste ano, a Siemens junto com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) da Eletrobrás, venceu uma licitação para fornecer os novos sistemas. O diretor da Siemens, Guilherme Mendonça, disse que o edital com as condições para a participação na disputa pelo contrato é super rígido e traz uma série de exigências em termos de segurança do sistema. A grande novidade é que os centros de operação passarão a ser integrados, de forma que no sistema de contingenciamento, quando um falhar o outro vai assumir o controle imediatamente.

A disputa teve início no ano passado, mas somente em junho deste ano, o processo de licitação terminou. A Siemens e o Cepel ainda vão levar dois anos para implantar o novo sistema, chamado de Reger. O sistema também terá uma arquitetura baseada no sistema de redes inteligentes. O Cepel já é hoje responsável pelo centro nacional de operação do ONS.

Duas linhas que ligam Itaipu caíram (Valor Econômico) 18/12/09

De São Paulo

Duas das três linhas de transmissão que ligam a geração de 60 Hz de Itaipu à região Sudeste do país voltaram a se desligar automaticamente nesta semana. De acordo com o boletim diário do Operador Nacional do Sistema (ONS), por volta das 20h40 do dia 16, duas linhas entre Ivaiporã e Itaberá e a linha que liga Itaberá e Tijuco Preto, de Furnas, saíram da operação, reduzindo em 1.184 MW a geração da usina.

Este é o terceiro registro do ONS neste ano de queda destas duas linhas, sem contar o episódio do blecaute que provocou o desligamento simultâneo das três linhas e levou junto as duas linhas de corrente contínua que transmitem a energia de 50 Hz do lado paraguaio da usina.

A causa da nova ocorrência está sendo pesquisada por Furnas e pelo próprio operador, segundo o boletim. A informação é que mais uma vez, a exemplo do dia do apagão, havia forte incidência de descargas atmosféricas ao longo das linhas no momento do corte. O religamento das linhas de transmissão e das unidades geradoras de Itaipu foi finalizado completamente 11 minutos após a ocorrência.

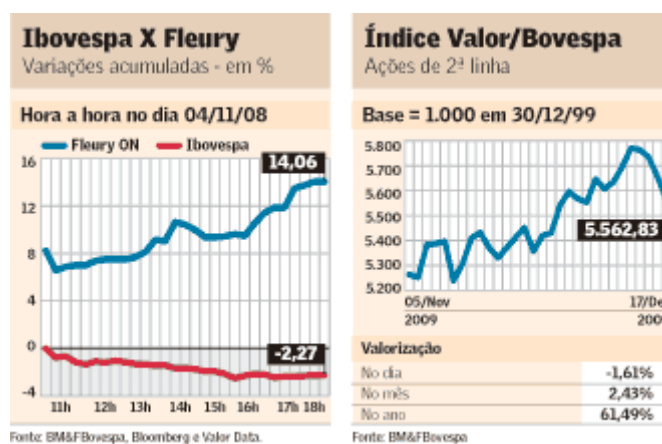
Em julho deste ano, em ocorrência parecida, as linhas ficaram desligadas por mais de uma hora e foram responsáveis pela saída de 3.180 MW do sistema.(JG)

De Olho na Bolsa:

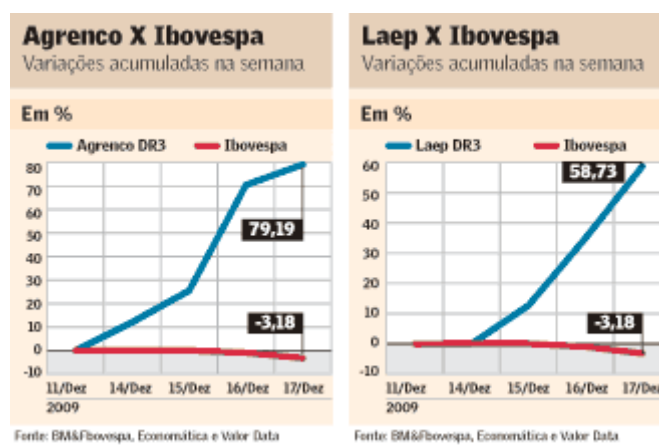
A festa de fim de ano pode ser 'magrinha' (Valor Econômico) 18/12/09

Daniele Camba

A Bovespa andou meio de lado neste mês, deixando uma pulga atrás da orelha com relação ao tradicional rali de fim de ano. A sinalização do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), na quarta-feira, de que existem sinais de recuperação da economia dos EUA pode ter enterrado de vez a festa de fim de ano da bolsa ou pelo menos resumi-la a uma alta magrinha. Isso porque, com a economia americana melhor, a tendência é de alta dos juros e de valorização do dólar. Juros maiores nos EUA significam fuga de recursos dos mercados emergentes. Já a valorização do dólar representa queda nos preços das commodities. Esses dois efeitos são ruins para a Bovespa, que é emergente e concentrada em commodities.



A reação da bolsa ontem não poderia ser diferente. O Índice Bovespa caiu bem durante todo o dia e fechou em baixa de 2,27%, aos 67.067 pontos. Não é à toa que a bolsa brasileira e a da Rússia foram as que mais caíram em dólar- o Brasil, 3,94%, e a Rússia, 3,32%. Ambas dependem bastante de commodities. Essa queda do Ibovespa é a maior entre as bolsas. "O risco de curto prazo da bolsa é muito mais a valorização do dólar do que uma alta dos juros americanos, que não vai ocorrer por enquanto", diz o superintendente de renda variável da SulAmérica Investimentos, Ricardo Maeji. Além dos indicadores econômicos americanos, é preciso monitorar a deterioração dos países europeus. A piora do cenário de nações como Grécia e Espanha deve acarretar uma queda do euro em relação ao dólar.



As ações que se beneficiam com a alta do dólar podem ser uma boa alternativa neste momento, acredita Maeji. Entre elas estão as exportadoras, como a Brasil Foods ou os frigoríficos, as companhias com negócios nos EUA, como a Gerdau, além das que possuem ativos na moeda americana, como a Eletrobrás. Ao que tudo indica, essa valorização do dólar é algo passageiro, o que significa, portanto, que a bolsa deve continuar a sua tendência de alta no ano que vem. "As quedas do mercado como a de hoje (ontem) são bons pontos de compra para aqueles investidores que pretendem ficar com as ações pelo menos durante 2010", acredita Maeji.

Altas para todos os gostos

A estreia das ações ordinárias (ON, com direito a voto) do laboratório Fleury ontem, com alta de 14,06%, quebraram um jejum de seis meses. Desde a oferta inicial de ações (IPO, em inglês) da Cielo (ex-Visanet), em junho, quando esses papéis subiram 11,80% no primeiro dia de negócios, as ações de todos os outros IPOs estrearam com queda.

Os Brazilian Depositary Receipt (BDR) da Laep e da Agreco vêm subindo de forma expressiva. Ontem, os BDRs da Laep subiram 17,64% e, na semana, acumulam alta de 58,73%. Já os da Agreco se valorizaram ontem 5,11% e, na semana, 79,19%. A Laep controla a Parmalat, que continua com dificuldades financeiras, apesar de ter se desfeito de ativos. Há rumores no mercado de que a Laep estaria negociando com um fundo de participações uma forma de ser capitalizada. Já no caso da Agreco, os rumores são de que ela estaria sendo comprada pela Glencore. Em comunicado divulgado ontem, a empresa disse que "não existe nenhuma operação de capitalização da Agreco Ltd ou de suas subsidiárias, que seja do conhecimento de seus administradores."

Daniele Camba é repórter de Investimentos

E-mail: daniele.camba@valor.com.br

Relatório da CPI da Petrobras tem aprovação unânime (Valor Econômico) 18/12/09

De Brasília

Na ausência da oposição na última sessão da CPI da Petrobras, no Senado, o ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL) assumiu a função de crítico. Aliado ao governo federal, Collor questionou a contabilidade da estatal feita para reduzir o pagamento de R\$ 4,3 milhões em impostos e contribuições e colocou em suspeição os reajustes nos preços das obras das plataformas P-52 e P-54. O senador do PTB questionou, ainda, o projeto apresentado pelo relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), para flexibilizar as regras de licitação da estatal. Apesar das ressalvas, o relatório final da CPI da Petrobras foi aprovado.

As críticas apresentadas por Collor foram analisadas por lideranças da base aliada como um pedido do PTB por mais espaço no governo federal. Collor estaria reivindicando uma diretoria na Transpetro. O petebista já teria influência na BR Distribuidora. Um dia antes da leitura do relatório da CPI, o senador reuniu-se com Jucá, líder do governo no Senado. Ontem, a cúpula do PTB reuniu-se e discutiu a participação no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010. O partido perdeu o único ministério que ocupava, o de Relações Institucionais, com a saída de José Múcio Monteiro para o Tribunal de Contas da União (TCU). Procurado, Collor não quis comentar o assunto, segundo sua assessoria.

Na última reunião prevista da CPI da Petrobras, o ex-presidente pediu até mesmo a prorrogação dos trabalhos da comissão, com o adiamento do voto do relatório apresentado por Jucá. Antes da instalação da CPI, Collor era um dos mais cotados para assumir a presidência da comissão. Senadores governistas evitaram entrar em conflito com o petebista, sob a justificativa de que o senador comanda a Comissão de Infraestrutura do Senado, que centralizará em 2010 as discussões sobre o novo marco regulatório do petróleo.

Mesmo com os questionamentos de Collor, a CPI acabou ontem, com a aprovação unânime do relatório de Jucá, que isenta a Petrobras de ter cometido qualquer irregularidade. "A Petrobras saiu fortalecida dessa comissão", disse o o líder do governo e relator da CPI. Apenas quatro senadores acompanhavam a sessão: Collor, Ideli Salvatti (PT-SC), Paulo Duque (PMDB-RJ) e Delcídio Amaral, além do relator e do presidente da comissão, João Pedro (PT-AM).

Junto com o relatório, Jucá apresentou dois projetos de lei, que deverão ser votados no começo de 2010. Uma das propostas determina que a mudança de opção entre o regime de caixa e o de competência para apuração dos tributos devidos em decorrência da variação cambial possa ocorrer em qualquer mês do ano. O outro projeto flexibiliza as regras licitatórias para contratação de obras, serviços, aquisições e alienações da Petrobras. Essa mudança na licitação deve ser proposta também para a Embrapa e para a Eletrobrás, segundo Jucá. (CA)

Congresso: Comitê da Comissão de Orçamento recomenda bloqueio de recursos de obras irregulares

Obras do PAC podem ficar sem recursos (Valor Econômico) 18/12/09

Cristiane Agostine, de Brasília

Carlos Melles: "Antes o Dnit era o ? patinho feio ? . Agora é a Petrobras"

Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) poderão ter recursos bloqueados em 2010, segundo recomendação do comitê que analisa obras irregulares na Comissão de Orçamento do Congresso. Entre as principais obras estão a refinaria Abreu e Lima e o terminal de passageiros do aeroporto de Vitória, no Espírito Santo.

O relatório, apresentado ontem pelo deputado Carlos Melles (DEM-MG), prevê a suspensão de repasse de recursos para convênios de 26 obras do governo federal. O bloqueio fica estabelecido até que sejam resolvidos os problemas na obra e que o Tribunal de Contas da União (TCU) autorize. A proposta de Melles deverá ser votada na segunda-feira, junto com o texto do Orçamento na Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização do Congresso. O Orçamento, no entanto, só deve ser votado em plenário na terça-feira, último dia de trabalho legislativo antes do recesso parlamentar.

Melles é o relator de obras irregulares na Comissão de Orçamento e seu parecer precisa ser aprovado para suspender o repasse. O relatório foi baseado em uma lista enviada em novembro pelo TCU à comissão recomendando a paralisação de 41 obras. Depois de audiências públicas com empresas e autarquias citadas, como a Petrobras, Infraero e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o relator, em acordo com o tribunal, decidiu pela liberação de 15 obras.

O relator destacou que a estatal que mais apresentou problemas foi a Petrobras. "Antes o Dnit era o ? patinho feio ? , com muitas irregularidades. Agora é a Petrobras", comentou ontem. Segundo o deputado, o principal problema é a falta de transparência nos gastos da estatal, com a falta de detalhamento dos custos das obras. Quatro obras da Petrobras apresentaram problemas: a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, o Terminal de Barra do Riacho, no Espírito Santo,

a Refinaria Repar, no Paraná, e o Complexo Comperj, no Rio de Janeiro. Se o parecer de Melles for aprovado, parte dos contratos dessas obras deixarão de receber recursos.

As irregularidades apontadas pelo relator na Refinaria Abreu e Lima foram investigadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, encerrada ontem no Senado. Na CPI, no entanto, os senadores aprovaram relatório que isenta a Petrobras de irregularidades no caso.

Entre as 26 obras com parecer pela suspensão de repasse, seis são do PAC. Fora do PAC, a principal obra que tem parecer pela suspensão do repasse é a ampliação do Comperj. O relator propõe a suspensão de diversos contratos relativos a esta obra. As irregularidades na obra, segundo técnicos, são semelhantes às identificadas na construção da Refinaria Abreu e Lima.

Além da apresentação do relatório com obras com problemas, os parlamentares apreciaram também a nova estimativa de receita para o Orçamento, com aumento de R\$ 1,7 bilhão, apresentada pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), relator da receita na proposta orçamentária para 2010. A elevação leva em consideração o aumento da arrecadação da Cofins dentro do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), segundo Jucá. Foi a segunda atualização. No primeiro relatório, apresentado em outubro, Jucá havia revisto a arrecadação federal, ampliando o montante em R\$ 14,7 bilhões. Com isso, as receitas primárias líquidas da União totalizarão R\$ 726,1 bilhões - 2,3% superior ao previsto no projeto orçamentário.

A nova estimativa de receita foi aprovada ontem pelos senadores, com reclamações do DEM, como do deputado Cláudio Cajado (BA), que classificou a peça orçamentária proposta pela União como "fictícia".

Agroenergia: Nos últimos quatro anos, foram 14 novas filiações no total

Cerradão amplia para 36 o nº de sócias da Copersucar (Valor Econômico) **18/12/09**

Mônica Scaramuzzo, de São Paulo

A Copersucar, que nos últimos meses vem acelerando os trabalhos para ampliar seu número de usinas associadas, anunciou na quinta-feira que a Cerradão, de Frutal, no Triângulo Mineiro, já faz parte da companhia. Com mais esta adesão, a empresa, que se tornou uma SA no ano passado, conta agora com 36 unidades produtoras de açúcar e álcool.

Nos últimos quatro anos, a empresa recebeu 14 filiações de usinas. As unidades associadas à empresa estão localizadas sobretudo em São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Novas sócias deverão entrar nos próximos meses.

Nesta safra 2009/10, a Copersucar deverá processar cerca de 77 milhões de toneladas de cana, um crescimento de 14% em relação ao ciclo anterior. O faturamento previsto para este ciclo é de R\$ 8,5 bilhões, aumento de 61% em relação ao ano anterior.

As vendas de açúcar de suas associadas serão de 1,58 milhão de toneladas no mercado interno, alta 36,2%, e de 4,73 milhões para exportação, 86% mais que no ciclo passado. A venda de álcool ficará em 3,7 bilhões de litros no mercado interno, aumento 38,5% sobre 2008/09, e 720 milhões de litros serão voltados para exportação, queda de 27%.

A usina Cerradão, instalada em Frutal, iniciou suas operações na safra 2009/10, com uma moagem de 850 mil toneladas. A expectativa, segundo Fábio Pereira, advogado da usina, é de que a moagem atinja 1,4 milhão de toneladas na safra 2010/11. "De maneira geral fazer parte da Copersucar representa melhor escala, sobretudo na área comercial", afirmou Pereira ao Valor.

A produção de álcool da Cerradão nesta safra será de 86 milhões de litros. Na temporada 2010/11, a usina pretende processar 1,4 milhão de toneladas de cana e produzir 130 mil toneladas de açúcar e 50 milhões de litros de etanol. A capacidade de moagem da usina é de 2 milhões de toneladas de cana. A usina também gerou 43 mil MWh de energia em 2009/10, com a comercialização de 35 mil

O grupo Cerradão é controlado pelos empresários Adalberto José Queiroz e seus filhos Florêncio Queiroz Neto, Raphael e Thiago Queiroz, tradicionais pecuaristas, com 50% de participação. Os empresários José Pedro e João Batista de Andrade, que são acionistas da Usinas Pitangueiras, detêm os outros 50%. Vale lembrar que a usina Pitangueiras não é associada à Copersucar.

Para a Copersucar, a nova associação representa importante alavancagem em sua meta de crescimento, pelo aumento do volume de produtos em seu portfólio.

Criada em 1959, a Copersucar, antes Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, contava apenas com dez usinas paulistas e duas entidades regionais, entre elas cooperativas de produtores de Piracicaba e Ribeirão Preto. A de Piracicaba era presidida por Virgolino de Oliveira, pai de Hermelindo Ruete, ex-presidente do conselho da companhia. Na década de 70, a Copersucar teve mais de 100 associadas e foi uma das patrocinadoras da Fórmula 1.

Quase um ano depois de se tornar uma empresa S.A. (Sociedade Anônima), a Copersucar decidiu profissionalizar totalmente sua gestão. Luís Roberto Pogetti, deixou este ano a presidência do grupo, para presidir o conselho da companhia. Em seu lugar, assumiu Paulo Roberto de Souza, CEO da gigante.

Hoje, a companhia trilha um caminho com foco na infraestrutura logística no país, no qual planeja investir cerca de R\$ 1 bilhão, e busca maior mercado no exterior. No ano passado, fechou contratos de exportação de álcool para o Japão e atualmente quer ampliar seus domínios nos EUA.

Bancos concedem desconto e crédito à Infinity (Valor Econômico) 18/12/09

Fabiana Batista, de São Paulo

Foi aprovado no início da noite de quarta-feira o plano de recuperação judicial da Infinity Bio-Energy. A empresa entrou no setor sucroalcooleiro há quase quatro anos e pediu proteção judicial em agosto. No plano, os credores aprovaram um desconto de 50% das dívidas (sem débito fiscal) que recuaram de R\$ 1 bilhão para R\$ 500 milhões. A maior redução veio da categoria de credores quirografários - formada em sua maior parte por bancos -, que reduziu o valor a receber de R\$ 611 milhões para R\$ 165 milhões, também com conversão de débitos em ações.

Com essa condição, explica Thomas Benes Felsberg, advogado da Infinity, a empresa terá uma boa condição para levantar os R\$ 180 milhões necessários para recompor seu capital em níveis que garantam a continuidade da operação. Uma das alternativas de recapitalização é a venda da unidade Usinavi, de Naviraí (MS), adquirida em 2006 e considerada o melhor ativo da Infinity. De acordo com informações da empresa, a unidade tem capacidade de moagem de 3,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, e processou neste ciclo cerca de 2 milhões de toneladas.

As outras unidades formam o cluster do Espírito Santo e têm uma menor capacidade instalada. As usinas Alcana, Disa e Cridasa têm cada uma capacidade de moagem de 1,5 milhão de toneladas de cana. A Paraíso, em Minas Gerais, tem processamento ainda inferior, de 800 mil toneladas, assim como a Ibirálcool, no sul da Bahia, ainda em construção.

A outra forma de capitalização que está no radar da Infinity é o aumento de capital, de até R\$ 60 milhões, por parte dos credores. Neste caso, seria necessário viabilizar mais R\$ 120 milhões para reunir os R\$ 180 milhões. Os crédito trabalhistas serão quitados em um ano após a homologação do plano e os de credores de garantias reais, em dez anos.

Um novo conselho de administração deve ser formado, mas, segundo Felsberg, Sérgio Thompson-Flores continua como diretor-presidente. A Infinity foi criada pela empresa de investimentos Kidd & Company e pela consultoria brasileira Worldinvest.

Também na quarta-feira, os bancos Bradesco e Santander concederam linha de crédito emergencial de R\$ 20 milhões para a Infinity. "O recurso será usado nas manutenções de entressafra para que a empresa continue moendo cana no próximo ciclo", diz Felsberg. Na safra 2009/10, que está sendo finalizada, as cinco usinas da Infinity processaram juntas 5,1 milhões de toneladas, uma média de 1 milhão de toneladas por unidade. Em 2010/11, a previsão da empresa é ampliar a moagem para 5,9 milhões de toneladas.

Energia: A gestora de patrimônios Pragma terá participação minoritária na companhia controlada pela Dobrevê

Desa ganha sócio e acelera investimentos (Valor Econômico) 18/12/09

Vanessa Jurgensfeld, de Florianópolis

A catarinense Dobrevê Empreendimentos e Participações, dona da empresa de energia Desa, fechou uma parceria com a Pragma, gestora de patrimônios, que permitirá acelerar seus projetos de investimentos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e em parques de energia eólica. Com o acordo, a Pragma terá uma fatia minoritária na Desa, cujo percentual não foi revelado.

Segundo o presidente do conselho de administração da Desa, Guilherme Weege, a empresa não estava à procura de um sócio por falta de recursos, mas enxerga na parceria uma boa sinergia na parte de gestão, "mesma visão do negócio", além de ela possibilitar a "geração de mais megawatts (MW) em um número menor de anos".

A negociação durou cerca de seis meses. De acordo com Weege, a Pragma, que administra recursos de diversas famílias, viu na Desa a oportunidade de investir em infraestrutura, uma "área interessante" atualmente no país pela necessidade de geração de energia para o seu crescimento.

A meta da companhia, inicialmente, era chegar a uma geração total de 600 MW em 2016, mas com a parceria já programa atingir esse volume ainda em 2014. Sediada em Curitiba (PR), a Desa gera hoje 30 MW em PCHs e programa gerar mais 75 MW a partir de janeiro do ano que vem. Além de PCHs, a empresa vai operar com energia eólica. Ela programa para 2010 a construção de um parque eólico no Rio Grande do Norte com capacidade instalada para geração de 145,2 MW, cujos investimentos somam R\$ 585 milhões. Em parte esses recursos deverão ser financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ou pelo Banco do Nordeste. A energia eólica desse projeto foi vendida no leilão do último dia 14 para o governo federal, tendo, portanto, a venda garantida por 20 anos.

Dona também da indústria têxtil Malwee, a Dobrevê há seis anos criou a Desa como forma de diversificar os recursos da família Weege. Além de energia e têxtil, há investimentos em logística retroportuária, com a empresa Conexão Marítima. A Dobrevê não revela o seu faturamento. A Desa, hoje com 29 funcionários, contudo, tem pretensão, no longo prazo, de "ser um player importante, senão o maior, em energia renovável no país", segundo Weege.

Com a parceria, haverá alteração do atual conselho de administração da Desa. Os atuais cinco membros da empresa serão reduzidos para três, e duas pessoas serão da Pragma. De acordo com Weege, não há perspectivas de novos sócios no futuro.

A Pragma, criada em 1998, atua em gestão de investimentos, assessoria em mercados de capitais, gestão de participações e estruturação de ambientes de governança corporativa. Além da Desa, possui fatia na Alog, empresa de data center; na PINI, informações para construção civil; Ideal Invest, empresa de serviços financeiros; na rede de farmácias Droga Raia; e na Mixer, produtora de conteúdo digital

Campos maduros atraem interesse (Valor Econômico) 18/12/09

Rafael Rosas, do Rio

Os produtores independentes de petróleo querem incluir no projeto de lei para capitalização da Petrobras uma emenda que garanta a cessão, para as companhias menores, de blocos terrestres maduros operados pela estatal com reservas somadas de até 100 milhões de barris. A Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip) defende que essa seria uma forma de a Petrobras arrecadar recursos que serviriam para pagar parte dos custos com a cessão onerosa de até 5 bilhões de barris do pré-sal.

Segundo a associação, os 100 milhões de barris de reservas poderiam ser atingidos em cerca de 140 campos terrestres hoje sob operação da Petrobras.

O presidente da Abpip, Oswaldo Pedrosa, estima que as empresas independentes tenham investido cerca de R\$ 2 bilhões desde 2003, quando as companhias de menor porte começaram a participar das rodadas de licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Pedrosa alerta ainda para a redução na produção, que gira em torno de 1.500 barris diários, abaixo do pico de 1.800 barris por dia, atingido em 2007.

O executivo alerta ainda para a redução da taxa de sucesso exploratório entre as 15 empresas associadas à Abpip, que passou de 55% em relação à 5ª Rodada, de 2003, - com 11 blocos comerciais em 20 arrematados - para 20% em 2004, com 18 comerciais em 89 contratados; e 6% em 2005, com 11 comerciais em 171 contratados. Pedrosa ressalta que as recentes ofertas em leilões de bacias em novas fronteiras exploratórias não atraem tanto interesse das empresas independentes, uma vez que o investimento é alto e o risco muito alto.

"Não temos acesso a grandes linhas de financiamento e todo o dinheiro colocado nas operações é das próprias empresas", destaca Pedrosa, que se mostrou otimista em relação à possibilidade de a estatal abrir mão dos campos maduros. "Ela (Petrobras) precisará de recursos para investir no pré-sal. A nossa proposta é vantajosa e, com isso, ela poderá deslocar recursos para o pré-sal", acrescenta, lembrando que a falta de escala de produção afeta as contas das empresas independentes brasileiras.

Pedrosa também criticou a estrutura de financiamento às pequenas empresas de petróleo no Brasil. Segundo ele, em mercados com o dos Estados Unidos, em que as companhias independentes têm participação relevante, os bancos aceitam estimativas de reservas certificadas como garantia para empréstimo, o que não ocorre no Brasil.

"Nos Estados Unidos as operações de "farm in" e "farm out" - compra e venda de participações em blocos exploratórios - são mais ágeis, enquanto no Brasil são muito limitadas. Essa é uma operação importante para garantir recursos para empresas independentes", frisa Pedrosa, que é diretor presidente da Aurizônia Petróleo.

Em relação ao marco regulatório do pré-sal, a Abpip teve derrubada uma emenda ao projeto da partilha de produção que previa a possibilidade de que todos os campos com reservas inferiores a 1 milhão de barris fossem devolvidos para a ANP, que os leiloaria entre as independentes. A emenda foi substituída por outra, que obriga a agência a regulamentar o setor das companhias independentes em até 120 dias depois de sancionadas as novas regras.

O barril do WTI fechou ontem praticamente estável na Bolsa Mercantil de Nova York, em um dia marcado pela valorização do dólar em relação a outras moedas. Ao final do pregão, os contratos para entrega em janeiro fecharam 1 centavo de dólar, a US\$ 72,65. O barril do petróleo Brent, para entrega em fevereiro, fechou na Bolsa Intercontinental de Futuros a US\$ 73,37, queda de 92 centavos de dólar em relação a quarta-feira.

Petrobras I (Valor Econômico) 18/12/09

A Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e a Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), controladas pela Petroquisa, subsidiária da Petrobras, obtiveram empréstimo de R\$ 2,6 bilhões do BNDES. O montante destina-se à construção do Complexo PetroquímicaSuape. O prazo estimado do financiamento é de 12 anos e a Petrobras atua como garantidora da operação, informou a Reuters

Petrobras II

A produção média diária de petróleo e gás natural da Petrobras no Brasil em novembro foi de 2.309.567 barris de óleo equivalente (boe), 6,6% superior a igual mês de 2008. Considerando também os campos no exterior, a alta foi de 6,4%. Na comparação com outubro, houve queda de 0,6% na produção total de óleo e gás.

Petróleo: Grupo francês espera retomada dos leilões da ANP e a definição das regras para explorar o pré-sal

Total terá estratégia agressiva no Brasil (Valor Econômico) 18/12/09

Cláudia Schüffner, do Rio

A decisão do governo de adotar a partilha de produção no setor de petróleo brasileiro, dando o controle de todos os projetos para a Petrobras, ainda não tirou o interesse de empresas estrangeiras pelo país. Esse é pelo menos o caso da francesa Total, cujo diretor-geral, Patrick Pluen, aguarda a 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O leilão foi adiado para o início de 2010 devido a dificuldades de obtenção, pelo Governo Federal, de licenças ambientais. Pluen diz que, a princípio, também se interessa pelos projetos de partilha, sob os quais a empresa opera em países da África, como Angola e Nigéria.

"A preocupação é que sejam feitos leilões para a empresa ter oportunidades de crescimento, seja fora da área do pré-sal ou futuros leilões que vão incluir áreas de dentro e fora do pré-sal. Vamos olhar tudo. Entendo que o próximo leilão (da ANP) será em 2010 e já estamos estudando", afirma o executivo.

Com faturamento de € 179 bilhões em 2008, lucro operacional de € 13,9 bilhões, produção de 2,34 milhões de barris e operando em 40 países, a Total tem intenção de crescer mais no Brasil, onde tem pouca atividade de exploração e produção apesar de ser a segunda maior produtora de gás da Argentina e sócia da Petrobras nos campos de San Alberto e San Antonio na Bolívia. A empresa também é detentora de gasodutos no Cone Sul, tendo 9,74% do Gasbol.

Em recente entrevista à Bloomberg em Paris, o diretor de exploração e produção da companhia, Yves-Louis Darricarrere, disse que a empresa planeja investimentos de US\$ 18 bilhões por ano nos próximos anos e gostaria de parcerias com a Petrobras, nova "darling" do mercado desde a descoberta do campo de Tupi. "As descobertas no Brasil vão precisar de financiamento e grandes conhecimentos técnicos e o montante dos recursos a ser empregado vai abrir a porta para companhias de petróleo internacionais". disse o executivo.

A Total tem quase 3 mil funcionários no Brasil, espalhados por São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, a maior parte em empresas da área química de especialidades, como define Pluen. Entre as controladas da francesa estão a Hutchinson, que produz borrachas para automóveis e aviação e que abastece o Brasil, Argentina e até o México. A Total tem ainda a Bostik Findley (fabricante de adesivos), a Cray Valley (resinas especiais), a Atotech e a Mucambo/Mapaspontex, que fabrica luvas cirúrgicas em Ilhéus (BA) e tem uma linha de produtos infantis como bicos e mamadeiras. A empresa também produz lubrificantes das marcas Total e Elf.

Na área de exploração a Total é sócia da Petrobras e da Devon no campo de Xerelete, descoberto no bloco BC-2 da bacia de Campos. As sócias aguardam aprovação da ANP para uma unitização dessa área com o bloco BM-C-14, que tem apenas a Petrobras e a Total como sócias. As duas áreas são da chamada Rodada Zero, quando parcerias foram negociadas diretamente com a Petrobras antes do primeiro leilão da ANP, em 1999.

Patrick Pluen explica que o objetivo é perfurar a área de Xerelete para alcançar o pré-sal, mas não detalha o assunto explicando que ele ainda precisa ser decidido entre os parceiros. Essa decisão só deve ocorrer após a proposta de unitização ser aprovada pelo órgão regulador. Mas a Total quer aumentar sua atividade no país. "Temos ambições fortes de crescer no país e ter um portfólio que esteja em linha com o tamanho da Total. Os dois blocos são uma base, ainda pequena, que queremos ampliar."

O executivo explica que uma descoberta no pré-sal em Xerelete pode mudar o potencial do campo. E será também uma oportunidade para tentar desenvolver tecnologias que tragam custos menores, como a separação da água do óleo no fundo do mar.

Quanto aos projetos de partilha da produção, Pluen diz que ainda é cedo para comentar em detalhes. "O importante é ver quais vão ser as condições econômicas desses contratos, as possibilidades de iniciativa e de proposta dos parceiros na área tecnológica. Olhando isso, vamos decidir. Temos de ver tudo como um conjunto, é preciso esperar os projetos de lei serem votados e a Petro-Sal ser instalada. Precisamos ver como tudo isso vai ser organizado e como vai funcionar. Vamos nos posicionar quando ficarem conhecidas as regras", afirma Pluen.

Ele observa que a Total tem experiência na exploração e produção na África - opera em Angola, Nigéria (onde tem a Petrobras como sócia no campo Akpo) e Gabão, entre outros - e esse conhecimento poderá ajudar a empresa a "entender" a costa brasileira, já que ela tem a mesma idade geológica da costa da africana. No Brasil a empresa foi uma das estrangeiras que assinou contrato de risco com a Petrobras na década de 80 para procurar petróleo, sem nenhuma descoberta.

Opinião Jurídica:

Publicidade para as reuniões da Anatel (Valor Econômico) 18/12/09

Pedro Dutra

A regulação técnica promovida em determinados mercados tem uma dupla finalidade: propiciar ao consumidor maior e melhor oferta de serviços, a menor preço; e garantir às prestadoras a segurança jurídica indispensável para que elas atendam a esse demanda. Não é uma tarefa simples, mas as agências reguladoras contam com o apoio da sociedade; este, porém, precisa ser conquistado.

Os serviços de telecomunicações são prestados diretamente a mais de cem milhões de brasileiros, o que sujeita a ação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) à crítica permanente, sendo os seus acertos e omissões analisados por diferentes órgãos, públicos e privados, da sociedade. Sem dúvida, é uma tarefa complexa que exige à agência um constante aperfeiçoamento de seus procedimentos. Uma das críticas mais acentuadas feitas à Anatel é a de ser um órgão recluso, fechado em si, e por isso distante da sociedade, que é, afinal, a credora de suas ações. Essa crítica procede, e a própria Anatel a admite, mas a agência não vem encontrando meios de remediar essa situação. Todavia, eles existem e são de fácil implementação.

A Anatel pode, por iniciativa própria, aperfeiçoar a sua ação técnica, para a tornar inteiramente transparente. Não se trata de reorganizar administrativamente a agência, ou de editar novas normas legais; apenas de promover algumas medidas, aliás já previstas na legislação que disciplina o seu funcionamento.

A primeira medida consiste em abrir ao público e à imprensa todas as reuniões do conselho diretor da Anatel, como já fazem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), inclusive transmitindo-as pela internet. O sigilo das matérias tratadas pelo conselho aqui não se aplica, pois ele só é admitido em relação a determinados dados e informações e não em relação a temas ou agentes econômicos: a

publicidade é a regra na administração pública, o sigilo a exceção, e assim dispõe a legislação que rege a Anatel. Quando forem sigilosos os dados e informações, o que ocorre excepcionalmente já que se trata de assuntos relativos à prestação de serviços públicos, eles devem ser processados em separado, sem prejuízo da ampla publicidade exigida por lei.

A segunda medida consiste em dar vista dos autos dos processos administrativos em curso na agência às partes e a terceiros interessados e seus respectivos representantes e advogados. Sem o devido e pronto acesso aos autos assegurado em lei às partes, os processos sancionatórios instaurados pela Anatel não têm valor jurídico perante o Judiciário, comprometendo assim a fiscalização feita por ela própria.

A terceira medida consiste em a Anatel divulgar ordinariamente os dados relativos à atuação dos diversos segmentos do mercado de telecomunicações. Esses dados são públicos, pois são os números da prestação de serviços essenciais à toda sociedade, e a divulgação sistemática deles permitirá aos agentes públicos e privados, e ao consumidor também, ter um retrato fiel do mercado de telecomunicações, sem assimetrias de informação que os desigualem e lhes reduzam a capacidade de exercer os seus direitos.

Note-se que não é o órgão administrativo que atribui publicidade a seus atos: é a Constituição Federal, artigo 37, que obriga a publicidade de todos os atos da administração. Cumprida a lei, cessa o paradoxo de uma administração pública que não divulga seus atos - administração pública não pública, não transparente.

O dinamismo do mercado de telecomunicações, que deve atender a todos os brasileiros, exige da Anatel uma função regulatória técnica, independente e transparente. Ela está habilitada a enfrentar esse desafio e, a tanto, basta a ação pronta de seu conselho diretor. É ele competente para diretamente implementar as medidas acima referidas, todas elas já previstas nas normas que regem a atividade da Anatel.

A Anatel precisa caminhar desassombadamente com a sociedade. A sociedade reclama a regulação técnica e transparente do mercado de telecomunicações que ela é capaz de promover e está pronta a apoiá-la.

Pedro Dutra é advogado e conselheiro do Instituto Brasileiro de Concorrência e Consumo - IBRAC

Cultura indígena: Espremida entre a Rodovia dos Bandeirantes e a estrada turística do Jaraguá, aldeia guarani é um acúmulo de problemas municipais, estaduais e federais.

A vida e a morte em Tekoa Pyau (Valor Econômico) 18/12/09

Por Maria Inês Nassif, de São Paulo

Meninos indígenas têm aulas, correm pelo terreno, brincam com os amigos e com os cachorros e participam da vida doméstica: essa é a cultura e a vida dos pequenos guaranis
É quase noite. Dentro da casa de rezas da aldeia Tekoa Pyau, o homem sentado no chão dedilha o violão; ao seu lado, outro passa o arco na rabeça de três cordas, apoiando-a sobre as pernas. Uma fogueira ferve a água do chimarrão no canto do salão sem janelas e os cachimbos queimam um tabaco forte e escuro. A atmosfera onírica do ambiente esfumaçado se completa quando duas mulheres, com os braços entrelaçados nas cinturas uma da outra, começam os cantos com vozes agudas. Meninas pré-adolescentes reforçam a corrente. Uma mulher com um violão se une aos tocadores; outras indígenas chegam ao grupo que canta e compassa os pés, para a frente e para trás, e os acompanha com uma pesada flexão de seus corpos. Os homens acrescentam graves à cantoria.

José Fernandes (Karai Poty), pajé e cacique, o mais procurado líder espiritual dos guaranis de toda a América do Sul - e aquele que tem autoridade para formar outros líderes espirituais, depositário que é da cultura guarani, senhor de muitas visões sobre os guaranis e a Terra, e curador de males da alma -, fica deitado no fundo da sala, ao lado da mulher (Rosa, Para Poty em guarani, a Xecarayi, mãe de todos). O repouso, os cantos e a fumaça fortalecerão o pajé para assumir, mais tarde, o ritual religioso que encerrará de vez o dia na aldeia. Até que a última luz do dia vá embora, ele terá se comunicado pelo reflexo solar com Nhanderu, o Deus Pai, e intermediará com Tupã força e coragem para os parentes. E comunicará a visão aos indígenas usando a língua guarani - porque Tupã e Nhanderu falam guarani e porque José Fernandes não fala o português.

Na casa de reza, os meninos cantam em guarani, depois da aula e antes que os adultos tomem o lugar sagrado para receber as visões trazidas pelos últimos raios de sol

"Nós temos um só Deus, como vocês, o que muda é a cultura", explica Pedro Luiz Macena, vice-presidente da Associação República Guarani Amba Werá. "Tupã é que nem o Jesus." Não é bem assim, mas, segundo amigos brancos da aldeia, essa livre interpretação de proximidade da mística guarani ao evangelho cristão é uma forma de

evitar o assédio de religiões forasteiras. Os indígenas, afinal, vivem bem com Nhanderu e com Tupã, este o descendente do Criador que carrega fraquezas tão humanas quanto o próprio Pedro. E se eles conseguem manter a cultura cercados pelo concreto, trespassados por uma rodovia, numa miséria que os aproxima - e em alguns casos até os faz superar - a qualquer favelado da selva urbana paulistana, convenha-se, o Deus guarani deve ter algo a ver com isso.

Era 16 de novembro de 2009 e havia passado mais um dia em Tekoa Pyau, no Jaraguá, a aldeia da etnia guarani mbya que sobrevive penosamente num terreno de 1,7 hectares, comprimida entre a Rodovia dos Bandeirantes e a estrada turística do Jaraguá. Na véspera, a miséria havia consumido mais uma vida, a de uma criança de três meses. A saúde das crianças não é apenas uma prioridade em Tekoa Pyau - a ausência dela é uma realidade desesperadora. Foram seis mortes de crianças no ano. Cinco, por subnutrição, problemas respiratórios ou por doenças associadas à verminose. A última, por desconfiança em relação aos civilizados. "Os pais não aceitam a medicina dos brancos e não vacinaram o bebê", conta Eunice Martin, a índia que voltou para os bancos da escola e com 54 anos faz um curso técnico de enfermagem.

Indígenas dançam e cantam a alma de Mirela, a quinta criança que morreu neste ano. A foto é de Eduardo Duwe, que documenta a vida e a morte na aldeia de Jaraguá de Cima (Eunice trabalha no posto de saúde sediado na aldeia de baixo, que atende também a aldeia de cima. Quer que os jovens se animem e estudem medicina. "Eu não posso, terminaria o curso quando tivesse 60 anos". Como ela, outros se preparam para enfrentar com o conhecimento dos brancos os problemas crônicos da aldeia. O jovem Ivandro Martins da Silva vai voltar para a escola. Ele é líder do movimento jovem que se articulou para documentar a cultura guarani mbya. Chamaram Eduardo Duwe, jornalista e cineasta. Duwe filma a vida dos indígenas. E sua máquina fotográfica conseguiu captar o dramático encontro da morte com a cultura num ritual indígena que pranteou a menina Mirela).

É difícil saber o que faz ser tão trágica a vida da aldeia, tantos são os problemas. Tekoa Pyau é a mais jovem e pobre das irmãs, entre as quatro aldeias guarani mbya da capital paulista. Duas, Krukutu e Tenonde, ficam em Parelheiros. Tekoa Pyau e Ytuporã estão localizadas em Jaraguá, separadas pela estrada turística que vai ao Pico do Jaraguá - onde paulistanos levam crianças para usufruir da mais bonita vista da capital e, no caminho, têm por hábito abandonar cachorros velhos e indesejáveis. Os animais, abandonados e famintos, por instinto se unem à pobreza dos guaranis.

(A comunidade chama a Vigilância Sanitária, conta Pedro, mas o órgão alega questões legais para não retirar os animais famintos que comem dejetos e restos deixados por gente faminta. Os cachorros lambem água suja do esgoto e fazem cocô na aldeia. As crianças, descalças, brincam com eles. Pisam nos seus rejeitos. De seis em seis meses o posto de saúde da aldeia vizinha, que atende Tekoa Pyau, dá remédio de verminose para os meninos e meninas. Daí é surto de verminose na certa: os meninos desovam lombrigas nos banheiros fétidos; os cachorros lambem os dejetos e fazem cocô pelo terreno, e os meninos pisam naquele chão. Nas reuniões das lideranças das aldeias, os cachorros são apontados como uma das causas da mortalidade infantil. Mas os índios não bolem com a liberdade dos cães, nem das crianças. A liberdade é sagrada).

O Centro de Cultura Indígena (Ceci) é uma das únicas construções da aldeia que lembram de fato uma terra de indígenas: as casas são de madeirite e há pouca vegetação. Ytuporã, a aldeia de Jaraguá de Baixo, conseguiu a demarcação de seu território na década de 1980, quando a Constituição da democracia não existia, as demarcações eram complicadas e os tempos, difíceis. Foi demarcada por vontade política do então governador Franco Montoro, conta Fábio Nogueira da Silva, antropólogo da USP que participa do grupo de trabalho da Fundação Nacional do Índio (Funai) para a demarcação das terras indígenas da "Jaraguá de Cima". A demarcação de Tekoa Pyau, aldeia que tem pouco mais de dez anos, é um processo lento e cheio de atropelos. Porque a terra está em litígio e não foi declarada de uso dos guaranis, a Funai não pode fazer uma intervenção radical para resolver o círculo de doenças e necessidades da favela indígena; a Companhia de Saneamento Básico do Estado (Sabesp) resiste em entrar na área; a luz é suprida por "gatos" porque a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) não pode ligar luz em terra que não tem proprietário reconhecido; a Funasa constrói lentamente banheiros coletivos - só agora deve terminar o projeto porque ele pegou carona no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

(Segundo a Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde (Ascom-SP), a aldeia tem 22 banheiros construídos pela Funasa, 15 deles coletivos, e serão construídos mais 25 com ligação à rede de água e esgoto. Outros 7 serão reformados. Segundo a Secretaria de Saúde do Município, os índios "recebem assistência médica e preventiva de uma equipe multidisciplinar da Unidade Básica de Saúde Indígena Kwarã Djekupé". Segundo o vice-presidente da Associação, o Pedro, faltam equipamentos para descarregar os detritos na rede de esgotos. Segundo o presidente da Associação, Alísio Tupã Mirim, faltam equipamentos no posto de saúde que permitam à equipe multidisciplinar salvar vidas. Segundo Eunice, que trabalha no posto, há dificuldades de acudir vidas quando elas precisam de outros serviços de saúde que não existem no posto porque os carros para transporte de doentes, da Funasa, não têm motoristas que cubram as noites e os finais de semana. Segundo todos - todos os lados e todas as partes, índios e autoridades - as crianças são subnutridas e muitas têm morrido. "Eram mais subnutridas antes da construção da escola", relativiza

Eunice. "A SMS vem desenvolvendo ações estratégicas com o Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN), a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena, a Pastoral da Criança e a comunidade para um trabalho efetivo nesta questão", segundo e-mail da assessoria da Secretaria Municipal de Saúde. Segundo as lideranças da comunidade, a merenda da escola diminuiu).

Não bastassem todas as misérias - e o fato de que os indígenas permanecem nesse lugar também pela proximidade do Parque do Jaraguá - eles são proibidos de entrar na mata. "Os guaranis caçam e temos espécies em extinção", justifica José Amaral Wagner Neto, diretor-executivo da Fundação Florestal.

O espaço é pouco, tem muito cachorro, o carro do lixo passa na estrada e os indígenas têm grande dificuldade de lidar com detritos industriais: a paisagem é de favela. Os índios procuram ficar perto da mata, é lógico, diz Daniel Pierri, antropólogo da Comissão de Trabalho Indígena (CTI); os índios guaranis procuram a Mata Atlântica. Eles são seminômades e se deslocam lentamente entre o litoral paulista e o sul do país e chegam até a Argentina. Na rota, fazem terras de passagem para acolher parentes que migram. Os deslocamentos são feitos porque, diz a mística da etnia, os guaranis têm de encontrar a "terra sem males". A aldeia Tekoa Pyau é uma terra de passagem: José Fernandes teve visões de que aquele era um lugar sagrado e ficou. Como é uma liderança espiritual importante, criou-se em torno dele um aglomerado indígena que só aumenta. Conforme passa o tempo, a terra foi se tornando mais sagrada, repleta dos espíritos que emergem das placentas e dos cordões umbilicais enterrados no terreno. E pouca para tanta gente.

Existe lá um Centro de Educação da Cultura Indígena (Ceci) que teoricamente não poderia ser construído porque a terra está em litígio. "A Marta Suplicy bancou o Ceci mesmo a terra não sendo demarcada", afirma o jovem Ivandro, como exemplo de que a vontade política pode superar a burocracia. Marta diz que a decisão de construir o Ceci na aldeia não demarcada não chegou a ser um ato de heroísmo, mas foi assumido porque a situação era dramática: "Fizemos um estudo e constatamos que todas as famílias estavam habilitadas ao programa de renda mínima, pela ausência de renda, e todas as crianças eram subnutridas."

O grosso da renda da população vem de programas de transferência de renda e de assistência social - Bolsa Família federal, o Renda Mínima estadual, o Leve Leite municipal e a aposentadoria prevista na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). As crianças dependem desesperadamente da merenda escolar servida no Ceci, onde aprendem português e guarani e comem quatro refeições diárias até os sete anos, e na escola estadual mais próxima, onde aquelas com mais de sete anos aprendem o português e comem três refeições por dia. Houve redução da quantidade de comida no Ceci neste ano e também na quantidade de leite que cabe a cada criança pelo programa Leve Leite. Antes eram dois litros por dia; agora é um. (A Secretaria de Saúde informou que desenvolve programa cujo "objetivo é priorizar o controle alimentício das crianças da aldeia").

A escola é um espaço em torno do qual a comunidade se organiza. Numa segunda-feira, enquanto crianças estavam em sala aprendendo a escrever, os líderes de Tekoa Pyau discutiam, na outra sala, se deviam ou não conversar com jornalistas. Temiam ser acusados pela própria miséria e retirados do terreno que consideram sagrado. O Ceci é o palco onde se realiza parte do esforço de transferência de cultura para os mais jovens. As crianças são o centro da vida dos guaranis. Só aprendem o português quando são alfabetizadas. Aprendem também a escrever em guarani.

Os pequenos são os mais afetados pela miséria de Tekoa Pyau, mas são os mais felizes. Andam livres no reduzido espaço, aprendendo a conviver com os perigos das estradas que fazem parte de suas vidas. São subnutridos. Mas são felizes. E ser feliz é uma das missões dos guaranis na terra, conta Pedro. "Espera um pouco que criança é que nem mar, não se pode dar as costas", diz a professora Poti, sorrindo muito, olhando para os meninos que entram e saem da sala de aula e, quando sentam, desenham bichos que nunca viram na selva urbana, casas que são de pau a pique e não mais ocas e as letras convencionais que escrevem uma língua indígena.

("Os educadores convencionais não entendem a 'cultura'", diz Cláudia, professora indígena que vive no bairro dos brancos. As crianças aprendem na escola, mas faz parte do aprendizado brincar com outras e acompanhar os pais em atividades domésticas. Nem sempre ficam quietas, sentadas na sala. Por isso é difícil para os indígenas pequenos se adaptarem em escolas tradicionais. "Trago meu filho aqui para ele ver a 'cultura'. Ele perguntou um dia: mãe, eles falam inglês?", conta Cláudia).

Excluída a casa de rezas, a única construção que lembra uma aldeia indígena, e o Ceci, o resto é desolação de favela. As casas são de madeirite - nelas se acotovelam móveis, televisores, geladeiras, camas. Quinze banheiros coletivos atendem as famílias; outros dez são particulares, mas ficam fora das casas.

A história dos dejetos é um drama à parte. A Funasa construiu banheiros. A Sabesp levou o saneamento até a entrada da aldeia e não ligou os sanitários à rede que chega até a porta. Um dia, ligou. Só que os banheiros não têm equipamentos que canalizem os detritos e a água até a rede da Sabesp - sifão, descarga, canos. O esgoto boia.

(Segundo a Ascom-SP, "o sistema de esgotamento sanitário está em perfeito estado", mas "os indígenas usam de forma equivocada o sistema" - por exemplo, "retiram o sifão dos tanques, reaproveitando a água suja, ocasionando vazamentos". Um indígena está sendo capacitado para atuar como agente de saneamento, segundo a assessoria).

As crianças andam descalças, brincam descalças, riem descalças, pulam na água suja. Os cachorros bebem a água suja. A terra batida faz a poeira que gruda nas roupas das crianças e nos seus pés descalços. Gruda também nos seus pulmõezinhos. "Elas têm muito problema respiratório e a fumaça não é, porque senão já tinham morrido antes. Nós sempre fumamos cachimbos. A poeira que eles respiram não é boa", conclui a técnica em enfermagem. Eunice fica atrás do que mata crianças. As lideranças também. Mas é difícil para eles aceitar que os meninos são subnutridos. "Já foi pior", insiste Eunice. Isso seria o reconhecimento de um fracasso numa cultura que tem a criança como o centro das preocupações - elas, afinal, serão no futuro as transmissoras da cultura que hoje aprendem, e assim perpetuarão a cultura guarani no asfalto.

Poucas coisas são admiráveis nessa pequena aldeia. Uma delas é a preservação da cultura em condições tão adversas. Outra, decorrente, é a capacidade de criar verdes mesmo naquelas circunstâncias. No terreno apertado, o lixo faz parte da paisagem (a limpeza pública só passa na estrada e os indígenas têm dificuldade de lidar com restos de consumo não degradáveis, explica o antropólogo Fábio Nogueira da Silva); a ele se juntam detritos humanos e de animais, tapera e banheiro público, mas também árvores e plantas muito verdes e cuidadas. Os guaranis plantam frutas, pindó (palmeira que dá um coquinho muito usado em bebidas indígenas; Pindorama é como chamam o Brasil, terra dos pindós), ervas, milho, feijão. Com garrafas PET de refrigerante, improvisam a irrigação: garrafas são colocadas sobre a planta e pingam constantemente gotinhas de água. As plantações são ilhas verdes naquele terreno inóspito.

Pedro supera com orgulho o muro que facilmente dá passagem para a Rodovia dos Bandeirantes: ela está bem ali, no fundo da aldeia, já matou índios, mas não conseguiu suprimir a vista para o parque do qual os guaranis se orgulham. A visão lembra a missão de salvação dos indígenas - a Terra vai ser salva da destruição dos brancos pela 'cultura'.

(Não são eles, os indígenas, que destroem a natureza, mesmo que dela extraíam o material de artesanato ou cacem. As visões permitidas aos guaranis pelo Deus deles falam disso. José Fernandes teve uma visão do Papa Nhanderu dizendo que ele tinha que ficar na terra de passagem - aquele terreno que adocece porque é cada vez mais espremido pela cidade. Era aquela uma terra sagrada. Pedro teve a visão de que o homem branco destruíra o mundo com uma bomba atômica. Aviões caíam dos céus às pencas. Os homens brancos vão acabar chegando ao seu projeto de destruição de si mesmos e da Terra, resume Pedro. Os indígenas se mantêm ali, tentando preservar terras sagradas no meio da loucura dos brancos, porque sua cultura pode salvar o mundo. "Tem gente que acredita, tem gente que não acredita, mas eu tive a visão", conta. Ele acredita. E acredita que todo povo tem uma missão).

Na São Paulo dos brancos, a aldeia indígena de Jaraguá de Cima vai morrer por conta da superpopulação. "É a suprema ironia: as aldeias estão mais populosas porque os brancos pararam de matar indígenas", afirma Daniel Pierri, do Conselho de Trabalho Indígena (CTI), que também faz parte do grupo de trabalho da Funai para demarcação do território. Pierri aponta dois grandes problemas na aldeia Tekoa Pyau. Primeiro, não ser demarcada - a área é reivindicada pela família Pereira Leite e é a Funai que decidirá se ela é de uso dos guaranis mbya. A demarcação da terra tornaria os guaranis de Tekoa Pyau aptos à ajuda da Funai; a partir da demarcação, poderiam também receber outros serviços públicos. Esse é um problema federal. O segundo problema é o exíguo espaço onde eles estão instalados. Antes que José Fernandes se fixasse ali, o terreno era apenas um território de passagem e de plantio da aldeia de baixo; agora, são quase 600 (segundo a Secretaria Municipal de Saúde) pessoas teimando em manter uma cultura que precisa de espaço para ser cultuada. Esse último problema tornou-se estadual.

O Rodoanel Oeste foi construído do lado da aldeia sem que a Desenvolvimento Rodoviário SA (Dersa) fizesse estudo de impacto etno-ambiental. O Ministério Público Federal (MPF) exigiu que isso fosse feito no trecho Sul - e foi constatado impacto para as aldeias de Parelheiros e Krukutu. As duas aldeias só aceitaram compensação em terras, e desde que também beneficiassem as irmãs do Jaraguá. Foi acordado que a Dersa adquiriria 600 hectares para as aldeias guarani mbya de São Paulo. O acordo foi mediado pelo MPF.

Os indígenas escolheram uma área próxima à reserva de Mairiporã, um terreno de 160 hectares à venda pelo preço definido no acordo e com vegetação. O acordo foi feito - e comprar a terra passou a ser condicionante ao funcionamento do Rodoanel. Se a Dersa não cumprir, legalmente o Estado ficaria impedido de por em funcionamento o trecho Sul, de cuja construção a compensação decorre.

Antes que a Dersa fizesse a compra, no entanto, o governador do Estado de São Paulo, José Serra, assinou um decreto embargando o terreno, que está numa área em estudo para incorporação ao parque de 100 mil hectares de terras anexas. "A Fundação Florestal disse que a área escolhida pelos índios era um pedaço da conexão entre o Parque da Cantareira e o novo parque. Seriam duas pernas da Serra da Cantareira que fazem um Y. A área escolhida pelos índios

fica na junção, a partir da qual seguiriam uma gleba A e uma gleba N e seria a área de tráfego de animais entre as glebas", disse a procuradora Ana Cristina Bandeira Lins.

"Existe lá um fluxo de mamíferos, onças pintadas, várias espécies em extinção", diz o diretor-executivo da Fundação Florestal, José Amaral Wagner Neto. Segundo ele, as razões de manter os índios fora da área por eles escolhida é semelhante à que os mantém fora do Parque do Jaraguá: os indígenas são caçadores e o poder público preserva a caça. Também o Parque da Cantareira hoje é de "proteção total" - e, mesmo se os indígenas abrirem mão de caçar e só quiserem fazer extrativismo para artesanato, não poderiam. Segundo Wagner Neto, o Estado apresentou outras alternativas à Funai e ao Ministério Público. A procuradora Ana Cristina confirma que foram apresentadas as opções de outras áreas até maiores, com menos vegetação, mas com área suficiente para serem reflorestadas. O valor, todavia, supera o acordo e o Estado não disse se pagará a diferença. "Estamos abertos para sentar e discutir", diz o diretor-executivo da Fundação Florestal.

As várias partes envolvidas na negociação, de fato, não sabem muito o que fazer para conciliar a cultura guarani e as urgências que principalmente a paupérrima aldeia Tekoa Pyau têm. A terra escolhida pelos indígenas em Mairiporã já foi sacralizada por eles: escolheram o local para a casa de rezas e fizeram rituais. No Jaraguá ficariam os moradores mais velhos, que teriam então espaço para plantar. "O solo lá é fértil, o problema é que a terra está superpovoada", diz Pierrri. Para a outra área iriam os mais jovens, ali viveriam e plantariam.

A Funai não gostou do embargo da terra escolhida pelos índios e a procuradora também não. Em termos práticos, todavia, se a questão for parar na Justiça, a comunidade indígena que define no Jaraguá - porque a Funai faz um lento processo de demarcação e porque é superpovoada - vai ficar nessa situação por mais tempo. "Se parar na Justiça, vai demorar muito", diz a procuradora, que tenta um acordo que agrade a todos (e em que o Estado assuma a diferença entre o valor do acordo e uma boa terra nova para os índios). O Rodoanel não poderia ser aberto para uso sem que esse acerto com os índios seja feito. Mas ninguém acredita que o Estado e a Justiça vão segurar uma obra pronta por causa de uns índios.

Os indígenas viraram um problema porque procuram terra para viver e proximidade com a mata. ("Tem muito de sobreposição de mata e indígena porque, mesmo que o Estado não goste, indígena precisa de mata", diz Pierrri).

RECONHECIMENTO (Correio Popular - Società) 18/12/09

Considerada uma das melhores empresas da América Latina em lideranças, a CPFL Energia recebeu ontem o prêmio Top Companies for Leaders 2009, representada por seu diretor de Recursos Humanos, Arlindo Casagrande Filho. O estudo é realizado pela Hewitt Associates realizado em parceria com a revista Fortune e o RBL Group.

Lobão critica demora no licenciamento de hidrelétricas (Estadão Online 14:32h) 17/12/09

LEONARDO GOY - Agencia Estado

BRASÍLIA - O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, voltou a criticar a área ambiental do governo. Ao falar sobre a demora no licenciamento de usinas hidrelétricas, Lobão disse que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) precisa atuar a serviço do interesse nacional. "Se as exigências do Ibama foram além das fronteiras do razoável, e não estou dizendo que estão indo nesse sentido, mas se forem, então o órgão não está servindo ao interesse nacional", afirmou Lobão, que participou de reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

Lobão disse que vê constantemente críticas ao governo na imprensa por supostamente "estar sujando" a matriz energética brasileira. Segundo ele, o que ocorre é que se não há licença para a construção de hidrelétricas, não há alternativa senão construir usinas térmicas, que são mais poluentes. Na reunião de hoje do CMSE estava previsto que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) entregaria o seu relatório final sobre o blecaute que atingiu 18 Estados do País no dia 10 de novembro. Porém, a Aneel pediu mais tempo, cerca de 15 a 20 dias, segundo Lobão, para apresentar o documento.

Lobão afirmou também que "é provável" que o governo promova em 2010 outro leilão de energia eólica. Ele ressaltou, no entanto, que ainda não há uma decisão nesse sentido. Lobão comemorou o resultado do leilão de energia eólica

realizado na última segunda-feira. "Foi um sucesso imenso. Negociamos 1,8 mil megawatts de energia eólica. Vamos instalar parques no País todo", afirmou.

AGU consegue liberação de rede de cabos da Eletronet (CanalEnergia) 17/12/09

Furnas ficará com a posse dos bens da empresa, que incluem rede de cabos de fibra ótica, essenciais para a execução do Plano Nacional de Banda Larga
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Advocacia-Geral da União garantiu na Justiça a liberação de cabos de fibra ótica da Eletronet, essencial para a execução do Plano Nacional de Banda Larga. A empresa foi à falência e o material continuava em posse da massa falida. Após reclamações da AGU ao tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a liminar de imissão de posse dos bens em favor de Furnas foi concedida.

De acordo com a AGU houve omissão judicial no processo, por não ter sido dado provimento a determinação da 4ª Câmara Cível do Rio de Janeiro, proferida em 2008, para que os cabos da Eletronet fossem utilizados pelas centrais elétricas do grupo Eletrobrás. A rede de cabos de fibra ótica da Eletronet tem 16 quilômetros de extensão, o que representa 80% dos cabos que o governo pretende usar como infraestrutura para expandir mais rapidamente a Internet no país.

Senado aprova Edvaldo e Julião para diretoria da Aneel (CanalEnergia) 17/12/09

Nomes foram confirmados junto com sete indicações para cargos em agências reguladoras
Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

O Senado aprovou na última quarta-feira, 16 de dezembro, as indicações de Edvaldo Alves de Santana e Julião Silveira Coelho para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica. Os nomes foram ratificados junto com sete indicações para cargos em agências reguladoras. Na ocasião, os parlamentares também aprovaram os nomes de Vicente Andreu Guillo e de João Gilberto Lotufo Conejo, para a diretoria da Agência Nacional de Águas. O Senado rejeitou, com 26 votos contrários e 25 favoráveis, além de uma abstenção, a indicação de Paulo Rodrigues Vieira para ingressar nessa diretoria.

As informações são da Agência Senado.

Câmara aprova definição de competências para licenciamento ambiental (CanalEnergia) 17/12/09

Para Abdib, falta de regulação criou cenário propício para surgimento de inúmeras regras conflitantes
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira, 16 de dezembro, o projeto de lei complementar 12/03, do deputado federal Sarney Filho (PV-MA), que define as competências dos entes federados para o licenciamento ambiental previstas no artigo 23 da Constituição Federal. O texto foi aprovado na forma de uma emenda do deputado Paulo Teixeira (PT-SP). A norma vai seguir ainda para o Senado.

Com a nova norma aprovada, serão levados em conta para determinar que órgão fará o licenciamento a localização e a tipologia dos empreendimentos, em vez do princípio da extensão do impacto. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ficará responsável por empreendimentos localizados em fronteira; desenvolvidos em mar territorial; em terras indígenas; e os localizados em dois ou mais estados.

O PLV 12/03 também determina que a renovação de licenças ambientais deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias do fim da vigência. A licença será automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão responsável. O projeto prevê ainda que a autorização de derrubada de vegetação será feita pelo mesmo órgão licenciador.

Em relação às penalidades, o órgão ambiental licenciador será o único com poder de aplicação de multas ao empreendedor pelo descumprimento da legislação ambiental na obra licenciada. O Partido Verde tentou derrubar esse ponto, mas foi derrotado no plenário. Porém, o projeto abre uma brecha que permite que um outro órgão licenciador atue

caso sabia de degradação da qualidade ambiental de determinar medidas que evitem o impacto, comunicando o órgão competente para a adoção das providências.

Os estados e municípios deverão contar com conselhos de meio ambiente. Em caso de não existirem, suas atribuições serão assumidas pelo ente federativo superior. Ou seja, se um estado não tiver o conselho formado, a União assumirá esse papel. Do mesmo modo, a União poderá, a partir de uma comissão tripartite - com estados e municípios -, estabelecer quais tipos de licenciamento serão feitos pelo Ibama, considerando critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

Para a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base, a falta de regulação ao longo dos últimos 20 anos criou um cenário propício para o surgimento de inúmeras regras conflitantes e muita indefinição. “Essa versão, recém-aprovada, representa um passo bastante positivo, preenchendo lacunas e eliminando brechas para movimentos nitidamente postergatórios dentro do processo de licenciamento ambiental”, explicou Paulo Godoy, presidente da AbdiB.

Tractebel ON fecha com alta de 2,49% (CanalEnergia) 17/12/09

MPX Energia ON e Cesp PNB encerram em baixa de 3,26%. IEE chega aos 23.934 pontos, com queda de 0,46%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Tractebel ON encerrou em alta de 2,49% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quinta-feira, 17 de dezembro. Outras ações também fecharam com resultados positivos, como a CPFL Energia ON (1,29%). A MPX Energia ON e a Cesp PNB encerraram com baixa de 3,26%, seguidas pela Transmissão Paulista PN (-1,49%) e pela Cemig PN (-1,21%). A Copel PNB e a Energias do Brasil ON encerram em estabilidade. O IEE chegou aos 23.934 pontos com baixa de 0,46%. O Ibovespa também encerrou em queda, com -2,27%, aos 67.067 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,06%
AES Tietê PN: -0,27%
Celesc PNB: 0,60%
Cemig PN: -1,21%
Cesp PNB: -3,26%
Coelce PNA: -0,48%
Copel PNB: estável
CPFL Energia ON: 1,29%
Eletrobrás PNB: -0,56%
Energias do Brasil ON: estável
Equatorial ON: 0,29%
Light ON: -0,99%
MPX Energia ON: -3,26%
Tractebel ON: 2,49%
Terna Participações UNT: 0,19%
Transmissão Paulista PN: -1,49%

ABEEólica faz homenagem a destaques do segmento (CanalEnergia) 17/12/09

Na última quarta-feira, 16 de dezembro, associação premiou deputado Paulo Teixeira, Roberto Schmidt, Mário Veiga e Sebastião Florentino
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

A Associação Brasileira de Energia Eólica homenageou na última quarta-feira, 16 de dezembro, quatro pessoas que atuaram com destaque contribuindo para a expansão do segmento em 2009. De acordo com o diretor-executivo da ABEEólica, Pedro Perrelli, foram premiados o deputado Paulo Teixeira (PT-SP); o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Roberto Schmidt; o consultor da PSR, Mario Veiga; e o coordenador do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, Sebastião Florentino.

O deputado foi lembrado pela atuação em prol das energias renováveis desde 2007. Schmidt foi homenageado pela visão do BNB que, na avaliação da associação, apoia projetos de energia eólica no Nordeste. Veiga recebeu destaque por conta de sua atuação e pelos trabalhos técnicos realizados pela PSR em prol da inserção da energia eólica na matriz

brasileira. "Foram trabalhos de muita repercussão nos órgãos governamentais", destacou Perrelli. Florentino recebeu o prêmio devido a sua atuação no Proinfa.

UTE Tocantinópolis inicia testes de 165,8 MW (CanalEnergia) 17/12/09

Usina está localizada no município de Miranda do Norte, no Maranhão, e pertence à Geradora de Energia do Norte Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação em teste das unidades geradoras UG1 a UG19 da termelétrica Tocantinópolis. Cada turbina tem 8,7 MW, totalizando 165,8 MW. Localizado no município de Miranda do Norte, no Maranhão, o empreendimento pertence a Geradora de Energia do Norte, que terá 60 dias após os testes para enviar relatório à Aneel confirmando ou corrigindo a potência estimada das turbinas. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União da última quarta-feira, 16 de dezembro.

Rinaldo Pecchio Junior assume Relações com Investidores da AES Eletropaulo (CanalEnergia) 17/12/09

Executivo teve nome aprovado pelo conselho de administração na última quarta-feira, 16 Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

O conselho de administração da AES Eletropaulo (SP) aprovou na última quarta-feira, 16 de dezembro, o nome de Rinaldo Pecchio Junior para o cargo de diretor vice-presidente de Relações com Investidores da companhia. O executivo terá mandato válido até a assembléia geral que vai deliberar a respeito do resultado financeiro de 2009. O executivo substituirá Britaldo Soares, diretor-presidente da companhia, que vinha acumulando o cargo. Pecchio também ocupa o mesmo cargo na AES Tietê.

Reservatório de E. de Souza opera com 10,73% da capacidade (CanalEnergia) 17/12/09

Nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste atinge 72,1%, segundo dados do ONS Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

O nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste atinge 72,1% do volume acumulado e registra baixa de 0,1%, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referente à última quarta-feira, 16 de dezembro. O reservatório de E. de Souza trabalha com 10,73% da capacidade armazenada. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 52,5% mantendo-se estável. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 35,50% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 62,3% do volume, com alta de 0,1%. O índice está 38,7% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 63,16% da capacidade.

Submercado Sul - Os reservatórios atingem 96,6% do volume acumulado, com baixa de 0,1%. O índice está 76,5% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Passo Real trabalha com 91,17% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 72,1% do volume, com baixa de 0,1%. O índice está 48,6% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de E. de Souza e Três Irmãos operam com 83,20% e 95,83%, respectivamente.

Hidrelétrica de Jirau inicia concretagem de vertedouro (CanalEnergia) 17/12/09

Etapa foi implementada seis meses após obtenção da licença de instalação. Usina registra ainda recorde de homens horas trabalhadas sem acidentes Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A hidrelétrica de Jirau (RO, 3.450 MW) inicia nesta quinta-feira, 17 de dezembro, a primeira concretagem do vertedouro. A etapa foi implementada seis meses após a obtenção da licença de instalação, concedida pelo Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Para acelerar ainda mais os trabalhos, a Energia Sustentável do Brasil, responsável pela execução e operação de Jirau, construiu duas centrais de britagem e concreto, uma em cada margem. A da margem direita já está em operação e produz 500 metros cúbicos por hora de concreto.

Segundo o consórcio, a terceira ensecadeira da obra foi concluída em outubro, o que permitirá as escavações dos canais de fuga e de restituição. Cerca de 750 equipamentos de grande porte operam em Jirau, sendo 500 deles com atuação voltada somente para os serviços de terraplanagem. Atualmente, ainda de acordo com o consórcio, 40% de toda a mão de obra necessária para a conclusão da usina já está contratada. Na construção civil, por exemplo, há 7.800 trabalhadores. A expectativa da Construtora Camargo Corrêa é de que no pico da obra, que acontecerá entre julho de 2010 e julho de 2011 haja aproximadamente 18 mil colaboradores atuando na implantação da usina.

Recorde - A hidrelétrica alcançou um marco recorde no primeiro ano de construção. Foram cinco milhões de homens horas trabalhadas sem acidentes com afastamento num período de sete meses, entre abril de 2007 e outubro de 2009. A conquista, segundo o consórcio, deve-se a um planejamento constante e preventivo, realizado através da Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho, desenvolvida na obra. A gestão é desempenhada por uma equipe formada por 45 profissionais, entre médicos, engenheiros, técnicos e gestores, que trabalham sob um conceito de gestão totalmente integrada em busca de metas e resultados.

Entre as metas mensais dos funcionários estão atingir 2,5% das horas trabalhadas convertidas em treinamentos de segurança e saúde, com inspeções nas atividades rotineiras, assim como nos equipamentos móveis, veículos industriais e de transporte de pessoas.

Carta de Florianópolis: MME vai estudar viabilidade das propostas de regulamentação do mercado livre (CanalEnergia) 17/12/09

Márcio Zimmermann será o coordenador do grupo de trabalho, que voltará a se reunir em fevereiro para discutir as mudanças

Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

O Ministério de Minas e Energia vai coordenar os estudos de viabilidade das propostas de regulamentação do mercado livre apresentadas por seis associações do setor, através da Carta de Florianópolis, de acordo com o ministro Edison Lobão. Segundo ele, o ministério já produz estudo nesse sentido e a contribuição das associações vem em boa hora "para caminharmos o mais depressa possível, porém com total segurança", disse Lobão.

Ele determinou que o secretário executivo, Márcio Zimmermann, seja o coordenador do grupo, que voltará a se reunir em fevereiro para discutir as mudanças. Devem participar também da reunião, a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, o Operador Nacional de Energia Elétrica, a Empresa de Pesquisa Energética e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

As associações que participaram da reunião de apresentação das propostas foram: Abiape (autoprodutores), Abraceel (comercializadores), Abrace (grandes consumidores), Apine (produtores independentes), APMPE (pequenos e médios produtores) e Anace (consumidores). A Carta de Florianópolis foi elaborada pelas entidades durante o Encontro Anual do Mercado Livre realizado em novembro com apoio do Grupo CanalEnergia.

O presidente da Abraceel, Paulo Pedrosa, comentou que o mercado livre de energia precisa ser incentivado pois promove a competitividade a partir das decisões voluntárias de todos os envolvidos na compra e venda, sejam investidores, produtores e consumidores. Ele lembrou também que o mercado livre teve papel fundamental na gestão da crise de falta de energia, em 2001, e para a retomada do desenvolvimento do país.

AES Eletropaulo paga R\$ 70,798 milhões em juros sobre o capital próprio (CanalEnergia) 17/12/09

Valor é baseado no patrimônio líquido apurado no dia 31 de dezembro do ano passado

Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A AES Eletropaulo pagará R\$ 70,798 milhões aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, segundo aprovado pelo conselho de administração na última quarta-feira, 16 de dezembro. Segundo a empresa, o valor será baseado no patrimônio líquido apurado no dia 31 de dezembro do ano passado. O valor corresponde a R\$ 0,3990494805 por ação ordinária e a R\$ 0,4389544285 por ação preferencial.

Terão direito ao pagamento os que possuíam ações no último dia 16, sendo as ações negociadas ex-JSCP a partir desta quinta-feira, 17 e o repasse será feito até o final de 2010, de acordo com a companhia.

CMSE decide prorrogar prazo para entrega de relatório do GT do blecaute (CanalEnergia) 17/12/09

Aneel pediu mais 15 a 20 dias para concluir análise entregue pelo ONS
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico decidiu prorrogar o prazo para entrega do relatório do grupo de trabalho do blecaute de 10 de novembro a pedido da Agência Nacional de Energia Elétrica. O último dia para entrega estava programado para esta quinta-feira, 17 de dezembro, mas a Aneel pediu de 15 a 20 dias a mais para concluir o documento. A definição do novo prazo será publicada em portaria do Ministério de Minas e Energia nos próximos dias.

O grupo de trabalho se baseia no Relatório de Avaliação de Perturbação entregue pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico. Participam do grupo representantes das Secretarias de Energia Elétrica e Planejamento do MME, e de Aneel, ONS, Empresa de Pesquisa Energética, Centro de Pesquisa em Energia Elétrica (Cepel), Eletrobrás, Furnas e Cteep.

Cemig GT promove leilão para compra de energia no curto prazo (CanalEnergia) 17/12/09

Serão negociados até 9,351 MW médios com período de fornecimento do produto de 1º a 31 de dezembro no submercado Sudeste/Centro-Oeste
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Cemig GT realizará na próxima terça-feira, 22 de dezembro, leilão para compra de energia no curto prazo. Serão negociados até 9,351 MW médios com período de fornecimento do produto de 1º a 31 de dezembro no submercado Sudeste/Centro-Oeste. Os interessados devem entregar o termo de adesão até às 11 horas da próxima segunda-feira, 21 de dezembro, para o fax nº (11) 3506-4660. O resultado será divulgado até às 18 horas do dia do certame. A solicitação da documentação do leilão pode ser feita através do e-mail ofertapublica@cemig.com.br ou via fax assinado para o número (31) 3506-4660 até às 17 horas desta quinta-feira, 17.

Tarifa de repasse de Itaipu será de US\$ 24,63/kW em 2010 (CanalEnergia) 17/12/09

Montante entregue pela Ande à Eletrobrás será menor no próximo ano, segundo Aneel
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A tarifa de repasse da hidrelétrica de Itaipu para 2010 foi definida em US\$ 24,63/kW, durante reunião semanal da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica, realizada na última terça-feira, 15 de dezembro. O valor representa uma redução de 1,61% em relação à tarifa fixada para este ano. O custo da cessão de energia também diminuiu em razão da alteração dos montantes totais a serem cedidos pela estatal paraguaia Ande à Eletrobrás. Em 2009, foi acordada a cessão de 38 mil GWh e em 2010 é previsto o total de 37.500 GWh.

Abinee: setor elétrico e eletrônico continua dando sinais de recuperação (CanalEnergia) 17/12/09

Segundo associação, aumentou significativamente número de empresas cujas vendas cresceram em novembro deste ano na comparação com 2008
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

Ao analisar o trinômio vendas/encomendas, empregos e estoques, além da expectativa das empresas com o mercado interno, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica concluiu que o setor continua dando sinais de recuperação no mês de novembro. Enquanto aumentou significativamente o número de empresas cujas vendas cresceram em novembro deste ano na comparação com igual período do ano passado, houve ligeira melhora deste indicador quando comparado com o mês anterior.

Além disso, segundo a Abinee, permaneceu a tendência de crescimento do número de empregados, e os estoques, tanto de matérias-primas como de produtos acabados, também tenderam à normalidade. Para 54% das empresas consultadas, as vendas/encomendas cresceram em relação ao igual mês do ano passado. Este foi o maior percentual do ano, que pelo segundo mês consecutivo, ultrapassou o número de empresas que identificaram quedas nas vendas.

Ao comparar com o mês imediatamente anterior, nota-se um aumento do percentual de empresas que indicaram estabilidade, atingindo 43%. Verifica-se também, de acordo com a associação, a redução para 18% do total de entrevistados que relatou retração nas vendas. Outro indicador favorável foi a queda no total de empresas que informaram que as vendas ficaram abaixo das expectativas (37%).

Quanto ao nível de emprego, nota-se o aumento no total de empresas que identificaram crescimento do número de funcionários do setor. Este resultado vem aumentando nos últimos meses, atingindo 32% em novembro, e registrando o melhor resultado desde setembro do ano passado, período em que ocorreu o agravamento da crise econômica mundial. Verifica-se também que o percentual de empresas que está demitindo reduziu de 32% em março de 2009, para 10% em novembro do mesmo ano.

Ainda em novembro, as exportações contribuíram muito pouco, de acordo com a Abinee, com a atividade do setor, cujo resultado está dependendo muito mais das vendas no mercado interno. Naquele mês, 49% das empresas indicaram que as exportações caíram na comparação com idêntico mês de 2008, e cresceram apenas para 18% das pesquisadas. As exportações de produtos elétricos e eletrônicos recuaram 28% no período de janeiro a outubro de 2009 em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados da Balança Comercial de Produtos do Setor.

Para dezembro desse ano, 62% das empresas entrevistadas esperam crescimento das vendas em relação a dezembro do ano passado. Ao comparar com o mês anterior, este percentual é mais modesto (29%), sendo que 37% esperam estabilidade. Ainda segundo a Abinee, mesmo apresentando resultados mais favoráveis nestes últimos meses, 62% das empresas indicaram perspectivas de queda nas vendas no ano de 2009 em relação a 2008, uma vez que a retomada dos negócios não será suficiente para reverter o quadro. Para 2010, o quadro é diferente, com 87% das empresas apontando expectativas de crescimento em relação a 2009. Apenas 3% esperam queda no ano que vem.

Cyro Vicente Boccuzzi, da ECOee: Blecaute nunca mais (*CanalEnergia*) 17/12/09

Equipamentos são suscetíveis a falhas. Diante disso, cresce uma consciência coletiva de que é necessário modificar o paradigma de produção e consumo de eletricidade em busca de soluções mais econômicas, eficientes e seguras
Cyro Vicente Boccuzzi, da ECOee, Artigos e Entrevistas

A energia elétrica foi a grande obra de engenharia do século passado. A construção de grandes usinas de geração – distantes das grandes cidades e centros consumidores – e dos sistemas de transmissão e distribuição associados permitiu o acesso quase que universal à eletricidade, garantindo o espantoso desenvolvimento das tecnologias modernas, sinônimo de conforto na nossa sociedade. Assim, prédios tomaram o lugar de casas, na medida em que elevadores podem transportar as famílias. Carros tomaram as ruas, e o trânsito foi disciplinado pelos semáforos inteligentes. Computadores e telefones celulares, onipresentes, encolhem distâncias e facilitam a comunicação entre as pessoas. Até o dinheiro foi substituído pelo cartão de crédito, transacionado eletronicamente em tempo real.

Mas, apesar de ter sido o vetor fundamental para todo o desenvolvimento dessas tecnologias, o serviço de eletricidade ainda segue envelhecendo sem ter incorporado a modernidade que nos proporciona. Só nos damos conta da importância disso quando acontece um blecaute como o ocorrido entre os dias 10 e 11 de novembro. De uma hora para outra, percebemos que praticamente todas as nossas atividades cotidianas estão vinculadas ao uso de eletricidade. Na maioria dos casos, não podemos usar o computador, tomar banho ou mesmo falar ao telefone. Em tempos antitabagistas, em que praticamente ninguém fuma (e, portanto, não tem fósforo ou isqueiro em casa) até acender o fogão a gás torna-se um problema.

As explicações sobre o blecaute mostraram que não estamos livres de novas ocorrências do tipo. Afinal, os equipamentos são suscetíveis a falhas e é impossível a completa redundância dos sistemas. Diante disso, cresce uma consciência coletiva de que é necessário modificar o paradigma de produção e consumo de eletricidade em busca de soluções mais econômicas, eficientes e seguras.

Esse novo modelo leva em conta a tecnologia de smart grid que, em linhas gerais, prevê o uso de sistemas de geração de energia local em pequena escala (micro-geração) e de gerenciamento do consumo. Os sistemas de micro geração envolvem o uso de pequenos geradores a gás, energia solar e até mesmo pequenas turbinas eólicas, para abastecer residências isoladas ou condomínios. Além de garantirem o fornecimento de eletricidade, podem fornecer outras

utilidades como água quente e ar refrigerado. Paralelamente, os sistemas eletrônicos de gerenciamento automático do consumo possibilitam o uso mais eficiente possível da energia, atendendo a prioridades definidas para cada usuário. Além disso, a energia excedente produzida poderia ser fornecida ao restante da rede, a preços de mercado, em situações de crise.

Em paralelo, a implantação de sistemas de medição eletrônica em todos os consumidores – não só nos que dispuserem de equipamentos de micro geração – também permitiria o melhor gerenciamento do consumo. Isso porque tornaria possível a criação de uma sistemática diferenciada para cobrança de tarifas – mais baratas nos horários de menor consumo e superiores nos horários de maior. Tal mudança estimularia os usuários a eventualmente modificarem seus hábitos, reduzindo ou até mesmo eliminando o horário de pico e garantindo o aproveitamento mais eficiente da infraestrutura disponível.

No II Fórum Latino Americano de Smart Grid, realizado em novembro último em São Paulo, renomados especialistas de todo o mundo mostraram que essas novas tecnologias já estão sendo implantadas na Europa, Estados Unidos, Ásia e Austrália, devendo se tornar a plataforma comum nestes continentes em cerca de dois ou três anos. Nessas regiões, os governos têm priorizado as questões ambientais e buscado a modernização da infraestrutura de energia para garantir um futuro sustentável, como resposta às crescentes pressões internacionais.

Por aqui, temos ainda o desafio de um crescimento do consumo de eletricidade mais acentuado do que em outras partes do mundo: na medida em que melhoram as condições de vida, existe ainda um grande espaço de ampliação do consumo médio nos lares brasileiros, que atualmente não chega a 15% dos norte-americanos ou 20% dos europeus. Além disso, o Brasil ainda possui um potencial significativo inexplorado em energia hidráulica e muitas oportunidades nas áreas de biomassa, eólica e solar.

Por esses motivos, a maior parte dos especialistas da área de energia ainda trabalha com a cabeça na energia do século XX, preocupando-se quase que exclusivamente com a expansão do parque gerador brasileiro por meio da construção de grandes usinas, como as do Rio Madeira, Belo Monte e o complexo de Tapajós. Alguma ênfase tem se dado à diversificação da matriz, com renováveis como a biomassa da cana de açúcar e projetos de eólica, mas também com energias mais sujas e caras, como as térmicas a óleo combustível e carvão mineral.

Junto com o pré-sal, esse cenário energético mostra que somos especialmente abençoados nessa área. Mesmo assim, mais cedo ou mais tarde teremos inevitavelmente que nos render à energia do futuro, que será produzida em pequena escala e próxima dos centros de consumo. A sociedade já começa a perceber que os sistemas nos quais baseamos a expansão do nosso parque gerador não são os mais adequados para atender às nossas necessidades com segurança e custo adequado.

Em decorrência do recente apagão, no início deste mês participei, como convidado, de uma reunião na Comissão de Infraestrutura do Senado, onde vem ocorrendo muitas discussões sobre como aumentar a segurança do sistema elétrico brasileiro e garantir seu baixo custo. Acredito que nossos governantes estejam se conscientizando da urgente necessidade de iniciarmos a construção de um programa nacional sobre essas tecnologias. Precisamos adaptá-las às nossas realidades e fomentar nossa classe científica e empresarial a se capacitar e desenvolver inovações não somente para servir ao Brasil, mas também para atender à demanda global que deverá surgir nos próximos anos. A importância da atuação do Estado, portanto, não se limita a criar as condições de renovação do nosso parque de energia, promovendo incentivos de desenvolvimento, financiamento e fomento nos projetos, mas principalmente na definição de políticas claras de incentivos à inovação e à regulamentação nessas áreas tecnológicas. Tudo isso é imprescindível para que, antes da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, possamos afirmar de verdade: blecaute nunca mais!

Cyro Vicente Boccuzzi é sócio-presidente da ECOee – Expertise, Consultoria e Ordenamento em Energia Eficiente (www.ecoee.com.br) – e presidente do Fórum Latino Americano de Smart Grid (www.smartgrid.com.br)

Tractebel ON registra alta de 1,20% (CanalEnergia) 17/12/09

MPX Energia ON registra queda de 2,17%. IEE alcança os 23.978 pontos, com baixa de 0,28%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Tractebel ON opera em alta de 1,20% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quinta-feira, 17 de dezembro. O setor elétrico registra outros resultados positivos com a Celesc PNB (0,57%) acompanhada pela AES Tietê PN e Transmissão Paulista PN (0,48%). A MPX Energia ON registra queda de 2,17%, acompanhada pela Equatorial ON (-1,60%) e pela Light ON (-0,87%). A Energias do Brasil ON opera em estabilidade. O Índice de Energia Elétrica alcançou os 23.978 pontos, com baixa de 0,28% assim como o Ibovespa, que chegou aos 67.882 pontos com baixa de 1,37%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,31%
AES Tietê PN: 0,48%
Celesc PNB: 0,57%
Cemig PN: -0,03%
Cesp PNB: -0,04%
Coelce PNA: -0,58%
Copel PNB: -0,66%
CPFL Energia ON: 0,40%
Eletrobrás PNB: -1,08%
Energias do Brasil ON: estável
Equatorial ON: -1,60%
Light ON: -0,87%
MPX Energia ON: -2,17%
Tractebel ON: 1,20%
Terna Part UNT: -0,02%
Transmissão Paulista PN: 0,48%

Relatório do ONS propõe troca de 103 isoladores para evitar novos blecautes (CanalEnergia) 17/12/09

Equipamentos já foram adquiridos por Furnas e são mais robustos do que os utilizados atualmente
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

O relatório final do Operador Nacional do Sistema Elétrico sobre o apagão ocorrido no dia 10 de novembro, que afetou 18 estados do país, foi apresentado na Câmara dos Deputados. No documento, o ONS pede para que sejam trocados 103 isoladores, que apresentam trincas. Pesquisas do Cepel revelaram que embora as trincas não tenham afetado o desempenho dos equipamentos, sua suportabilidade pode sofrer redução em função da intensidade de chuvas, que podem reduzir em até 30% a capacidade desses equipamentos, aumentando as chances de ocorrerem descargas elétricas, resultando em curto-circuitos.

Os isoladores já foram adquiridos por Furnas, sendo estes mais robustos do que os utilizados atualmente. Esses equipamentos serão utilizados prioritariamente na subestação de Itaberá, região onde ocorreram os curto-circuitos. O diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, reafirmou que as equipes técnicas estão considerando como causa dos curto-circuitos a ocorrência de descargas atmosféricas, que atingiram as linhas de transmissão entre Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP), e/ou a redução da efetividade dos isoladores submetidos às condições meteorológicas adversas, como chuvas intensas e ventos.

O documento afirma ainda que os estados mais atingidos foram São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, sendo que o tempo médio de restabelecimento das cargas foi de 222 minutos. O ONS encaminhou proposta ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico para que sejam definidas diretrizes relacionadas à segurança do sistema de transmissão de escoamento da potência de Itaipu, associando-as às condições operativas e meteorológicas.

Além disso, o próprio ONS e a Empresa de Pesquisa Energética deverão propor ao Ministério de Minas e Energia, em função das condições observadas na operação do SIN, aperfeiçoamentos no critério de segurança, atualmente adotado no planejamento da expansão e no planejamento da operação. O critério de segurança deverá ser aplicado em determinados sistemas de transmissão de suprimento às regiões, estados, grandes centros de consumo, assim como em troncos de transmissão de escoamento de grandes blocos de geração. O prazo para que as propostas estejam prontas é fevereiro de 2010.

Quanto às medidas relativas à propagação da perturbação, será analisada a possibilidade de implantação de esquemas de ilhamento adicionais de modo a reduzir a propagação dos desligamentos. Nesses esquemas, deverá, de acordo com o relatório, ser considerada a geração térmica próxima aos centros de carga como as usinas nucleares de Angra 1 e 2.

O relatório concluiu que embora o blecaute tenha sido de maior severidade, com relação aos ocorridos em 1999 e 2002, seu impacto foi de menor gravidade, preservando a integridade do Sul, Norte e Nordeste, 90% de Minas Gerais e a totalidade do Distrito Federal. A apresentação do relatório final encontra-se disponível na biblioteca do CanalEnergia Corporativo.

Eletrobrás assina convênios com municípios do entorno de Tucuruí (CanalEnergia) 17/12/09

Empresa fez oito acordos de cooperação, que preveem investimentos da ordem de R\$ 23,5 milhões
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Eletrobrás assinou na última semana oito convênios com prefeituras da região da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Cerca de R\$ 23,5 milhões serão destinados à melhoria da infraestrutura nessas localidades. Entre os projetos previstos no acorso estão a construção do terminal rodoviário e a pavimentação asfáltica em Jacundá, no valor de R\$ 9 milhões, e a construção do ginásio poliesportivo e da rodoviária de Goianésia, com investimentos de R\$ 8,3 milhões. Os convênios preveem ainda a pavimentação de vias urbanas e a coleta de lixo.

Copom prevê alta de 3,3% para a energia elétrica em 2010 (CanalEnergia) 17/12/09

Expectativa para este ano sobe de 4,8% para 5,2%, segundo ata do BC
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

O Comitê de Política Monetária do Banco Central projetou que a tarifa de energia elétrica deve ter um reajuste de 3,3% em 2010. A perspectiva é menor do que a deste ano, que foi aumentada de 4,8% para 5,2%, segundo ata do Copom divulgada nesta quinta-feira, 17 de dezembro. Pelas projeções do Copom, os preços administrados terão aumento de 4,5% este ano e de 4% em 2010 e 2011.

O Índice de Preço ao Consumidor Amplo, inflação oficial, teve uma redução de variação de 4,30% para 4,26% em 2009. Para 2010, houve uma pequena elevação na projeção do IPCA de 4,41% para 4,48%, enquanto para 2011 se encontra em 4,5%. Na reunião da semana passada, o Copom manteve a taxa Selic em 8,75% ao ano.

Câmara amplia beneficiários da tarifa social de energia (CanalEnergia) 17/12/09

Texto aprovado aumenta de R\$ 160 para R\$ 255 o teto de renda familiar per capita para fazer jus ao benefício
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Câmara dos Deputados aprovou na noite da última quarta-feira, 16 de dezembro, as mudanças propostas pelo Senado para o Projeto de Lei 1946/99, que amplia os beneficiários da tarifa social de energia elétrica. A matéria será enviada à sanção presidencial.

O texto aprovado aumenta de R\$ 160 (limite da Bolsa-Família) para R\$ 255 o teto de renda familiar per capita para fazer jus ao benefício. Também terão direito a tarifa social as pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada e aquelas que precisam de aparelhos elétricos para sobreviver.

O projeto foi originalmente aprovado pela Câmara em 2007 e, entre as mudanças aceitas pelo relator da matéria na comissão especial, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), está a extensão do direito à tarifa social para os indígenas e quilombolas inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). De acordo com o deputado, os cidadãos vão poder se cadastrar nas prefeituras para obter o benefício e as concessionárias de energia terão que fornecer equipamentos mais econômicos.

"Esse projeto vai atender a 22 milhões de famílias no país, estabelecendo descontos e garantindo recursos das concessionárias para uso de equipamentos mais econômicos", disse Zarattini. Segundo ele, do total de famílias beneficiadas, 40% são do Nordeste e 32% do Norte. Ele disse ainda que a ampliação da tarifa social não encarece a conta de luz para os demais consumidores porque o dinheiro a ser usado será o da Contribuição de Desenvolvimento Energético (CDE), que já existe para viabilizar a tarifa social.

O texto que irá à sanção presidencial define os seguintes descontos para a tarifa social: consumo inferior ou igual a 30 kWh/mês terá 65%; consumo entre 31 kWh/mês e 100 kWh/mês terá 40%; consumo entre 101 kWh/mês e 220 kWh/mês terá 10%; consumo superior a 220 kWh/mês não terá desconto.

Atualmente, os descontos variam de 10% a 65% e beneficiam os consumidores atendidos por instalação monofásica, que utilizam até 80 kWh por mês, independentemente de renda; ou aqueles com consumo entre 80 kWh e 200 kWh mensais, atendidos por circuitos monofásicos, com renda familiar per capita de até R\$ 140 e que estejam inscritos em algum programa social do governo federal.

As informações são da Agência Câmara.

Anace acha benéfico reembolso de apagões a consumidores (CanalEnergia) 17/12/09

Nova forma de penalidade às distribuidoras forçará um investimento maior por parte das empresas
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Associação Nacional de Consumidores de Energia acredita que a decisão tomada na última terça-feira, 15 de dezembro, pela Agência Nacional de Energia Elétrica, de indenizar os consumidores pelas infrações dos índices de qualidade do serviço pelas distribuidoras é benéfica. Segundo Lúcio Reis, diretor executivo da Anace, a nova forma de penalidade às distribuidoras forçará um investimento maior por parte das empresas

"Haverá novos investimentos já que no mês seguinte ela sofrerá redução de receitas", disse o executivo, referindo-se a determinação da Aneel de que o desconto na tarifa de energia seja concedido no mês posterior ao das falhas no fornecimento. Reis também observa que a mudança de aplicação de multa para desconto garante que os recursos cheguem aos consumidores. "Quando é uma multa o recurso vai para o Tesouro com a promessa de que voltará ao sistema em forma de investimento. Mas não é isso que acontece", disse em menção às retenções do orçamento para fazer superávit.

Por outro lado, Reis acredita que os novos investimentos devem provocar aumento nas tarifas. "Esses investimentos, mais tarde, virão para tarifa porque foram feitos para uma melhoria do sistema. As empresas vão tentar parar a sangria", afirmou. Para ele, isso pode levantar de novo a questão de quanto os consumidores querem pagar pela qualidade do serviço. "Poderíamos ter tarifas diferenciadas pela qualidade do serviço. Algumas empresas não podem ter interrupções devido à sofisticação dos equipamentos", disse o diretor da Anace à Agência CanalEnergia.

ONS e MME reiteram que condições meteorológicas resultaram em blecaute (CanalEnergia) 17/12/09

Operador investiga possibilidade de mau tempo ter provocado trincas nos chamados isoladores de pedestal
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Hermes Chipp, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, reiteraram que o blecaute ocorrido entre os dias 10 e 11 de novembro, e que deixou 18 estados sem energia elétrica por um período entre 15 minutos e seis horas, foi causado por mau tempo, com incidência de raios. As autoridades participaram de audiência conjunta das comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Minas e Energia; e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, na última quarta-feira, 16 de dezembro.

Segundo Chipp, a investigação realizada até agora mantém o diagnóstico de causas meteorológicas, divulgado no mesmo dia do apagão. O ONS também investiga a possibilidade de essas condições meteorológicas adversas terem provocado trincas nos chamados isoladores de pedestal, o que teria reduzido a efetividade desses equipamentos. Lobão destacou ainda que o sistema elétrico brasileiro é um dos mais robustos do mundo e que está aguardando pareceres técnicos sobre o blecaute de novembro, preparados pela Agência Nacional de Energia Elétrica e por uma comissão especial criada no âmbito do próprio ministério.

Chipp afirmou ainda que as condições de operação do sistema antes dessa ocorrência eram feitas em padrões de segurança superiores ao normal. O desligamento retirou da carga 24.500 MW.,

Com informações das Agências Câmara e Brasil

SINDICAL

Saudações Cutistas (CUT Nacional) 17/12/09

CUT entrará em recesso no dia 18 de dezembro; luta recomeça no dia 4 de janeiro de 2010

A Central Única dos Trabalhadores entra em recesso no dia 18 de janeiro. Chegou a hora de descansar do intenso período de batalhas, rever e aprender com os erros e celebrar os avanços que conquistamos.

Reiniciamos nossa jornada no dia 04 de janeiro de 2010, ano que exigirá muito empenho dos trabalhadores e trabalhadoras na disputa pela hegemonia na sociedade.

Em 2009, a maior e mais representativa central sindical do Brasil enfrentou e superou vários obstáculos, entre eles, a crise econômica. Mais uma vez, defendemos que para crescer é preciso distribuir renda, empregar e ampliar direitos, ao invés de demitir e precarizar. Também reafirmamos a importância do desenvolvimento social e ambiental, com a mudança no modelo de produção e consumo para que as próximas gerações possam conviver com um mundo de paz e justiça.

Em 2010, quando a CUT completa 27 anos de luta em defesa da classe trabalhadora, certamente ampliaremos a mobilização e o poder de negociação graças aos companheiros e companheiras que ajudam a construir diariamente um País mais justo e igualitário.

Desejamos a todos e todas um feliz Natal e um próspero ano novo.

Em Copenhague (CUT Nacional) 17/12/09

Escrito por Luiz Carvalho, com informações de Catarina Silveira

Secretária de meio-ambiente da CUT critica restrição aos movimentos sociais na COP 15

Após participar nessa quarta-feira (16) de uma mesa com o tema “Trabalhadoras e trabalho verde: emprego, equidade e igualdade”, na 15.ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-15) em Copenhague, Dinamarca, a secretária do meio-ambiente da CUT, Carmen Foro, fez um balanço do evento.

Para ela, o encontro que reúne governos de 192 países para discutir a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, peca ao tirar a sociedade civil do espaço de negociação. Apesar disso, ela ressaltou a forte presença do movimento sindical e de ONGs brasileiras nos debates paralelos da COP 15. Os encontros ocorrem no Portal Mundo do Trabalho, na sede da central sindical dinamarquesa LO, onde a CUT e outras entidades representantes dos movimentos sociais se reúnem para definir estratégias para pressionar as lideranças mundiais a incluírem a transição justa e empregos decentes no apontamento final da conferência.

A secretária mostrou ainda preocupação com a posição dos chefes de Estado. “Em relação aos governos, a negociação não é tão tranquila e o mundo pode perder uma importante chance para pensar o crescimento sustentável. Não sei se a oportunidade de construir um acordo global está perdida, mas certamente a COP 15 não produzirá o que gostaríamos que produzisse, um pacto avançado, significativo, para que todos saíssem daqui com responsabilidades nacionais de implementação de ações concretas com vistas para garantir que o aquecimento global não siga sendo muito grande e que possamos mudar a rota para o desenvolvimento sustentável”, disse em entrevista ao portal da Confederação Sindical Internacional (CSI) ([clique aqui para assistir](#)).

Carmen cobrou ainda a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que vinha fazendo propaganda do agronegócio brasileiro em Copenhague e questionou o motivo da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da qual a parlamentar é presidente, se posicionar contra a PEC do trabalho escravo e à atualização dos índices de produtividade.

Além de Carmen Foro, o presidente, Artur Henrique, e o secretário de relações internacionais, João Felício, que participou de uma mesa com o eixo “Justiça Social e climática: criando uma economia para os povos e o meio-ambiente no Cone Sul”, integram a delegação custista.

Transição justa e emprego decente na declaração final

Durante a cerimônia de abertura do segmento de alto escalão, Connie Hedegaard, na ocasião ainda presidente da COP 15 – ela renunciou nesta quarta e foi substituída pelo primeiro-ministro dinamarquês, Lars Lokke Rasmussen, afirmou

que o conceito chave dos próximos dias seria fazer concessões, que bilhões de pessoas pelo mundo inteiro esperavam um posicionamento de seus líderes e que os países não deveriam se responsabilizar apenas pelo que decidissem mas também pelas ações que deixassem de tomar.

Depois da primeira semana de negociações, os termos “transição justa” e “emprego decente” permanecem no texto rascunho final de Visão Compartilhada, que será apresentado aos ministros e chefes de estado para serem negociados. As discussões do segmento de alto escalão da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas começaram no dia 15.

Sobre a participação da CUT na COP 15, Artur voltou a destacar que os trabalhadores cobraram da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, durante o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, em Copenhague, uma postura firme do Brasil para garantir que o tema da transição justa para uma economia de baixo carbono e o tema da geração de trabalho decente façam parte do texto final da conferência. “A nossa expectativa é que os representantes das centenas de nações aqui presentes tenham como único objetivo assumir o compromisso de redução das emissões de CO2, dando uma esperança às futuras gerações de um desenvolvimento sustentável e que garanta a inclusão social, distribuição de renda, alimentos e energia”, ressaltou em relação à declaração final do evento.

Confecom pavimenta o caminho da democracia (CUT Nacional) 17/12/09

Escrito por Leonardo Severo

Delegados aprovam mecanismos de controle social, participação popular e auditoria nos meios privados

Os delegados representantes da sociedade civil, dos empresários e governos aprovaram em plenário na Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), nesta quinta-feira (17), pavimentar o caminho da democratização da comunicação em nosso país com mecanismos de controle social, participação popular e auditoria nos meios privados.

Sob a coordenação de Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação da CUT e da Comissão Organizadora, a mesa diretora dos trabalhos anunciou o resultado da votação em meio a uma explosão de alegria do plenário. “Esta é uma luta histórica dos movimentos sociais brasileiros e representa um importante passo para o aprofundamento da democracia em nosso país. Agora é assegurar com mobilização e pressão a efetivação desta proposta como política pública”, ressaltou Rosane.

A proposta 193 estabelece a “Garantia de mecanismos de fiscalização, com controle social e participação popular, em todos os processos como financiamento, acompanhamento das obrigações fiscais e trabalhistas das emissoras, conteúdos de promoções de cidadania, inclusão, igualdade e justiça, cumprimento de percentuais educativos e produções nacionais”.

A proposta 196 aponta para a “Auditoria do poder público em todos os meios de comunicação privados que tenham recebido qualquer tipo de recurso público e que não tenham obedecido às normas constitucionais que contemplem programas educativo/culturais, etc. A não observância desses preceitos constitucionais implicaria em devolução das verbas públicas e da não renovação da concessão”.

As votações continuam no plenário e devem se estender até o final da tarde.

Acompanhe ao vivo a plenária final pelo link a seguir: <http://www.confecom.gov.br/transmissao>

Contribuição assistencial e valorização dos trabalhadores (CUT Nacional) 17/12/09

Escrito por CUT Nacional

CUT defende discussão sobre representatividade das entidades sindicais e critica projeto de sucateamento do serviço público

Após uma rápida tramitação no Senado, foi aprovado no ultimo dia 16 de dezembro de 2009 o projeto de Lei do Senado de numero 248/2006 que trata da cobrança da Contribuição Assistencial dos Trabalhadores.

Objeto de diversas ações do Ministério Público do Trabalho, que na pratica impediam a sua efetiva cobrança, o projeto buscou por fim a polêmica instalada uma vez que o MPT em alguns estados agia de forma bastante dura. Sob o

argumento de coibir abusos dos sindicatos nos índices cobrados, os termos de ajuste de conduta (TAC) feitos pelo Ministério impunham prazos para devolução aos não sócios através das “cartas de oposição” ou simplesmente a proibição da cobrança.

O texto aprovado estabelece que os valores não podem ser superiores a 1% do salário do trabalhador e sua aprovação deve acontecer em assembleias durante o período de campanha salarial. Também foram incluídos os servidores públicos das três esferas; municípios, estados e governo federal, apesar da falta de uma legislação que regulamente a negociação coletiva no setor público.

O projeto segue agora para a Câmara Federal para ser submetido à sanção desta casa, podendo neste caso sofrer mudanças.

A Central Única dos Trabalhadores que historicamente defendeu o fim das cobranças compulsórias irá levar e disputar suas posições no Congresso, buscando alterar o projeto com a inclusão da proposta que acaba com o Imposto Sindical.

Apresentamos durante os extensos debates do Fórum Nacional do Trabalho nossas posições e acatamos o consenso construído com as centrais que resultou em um anteprojeto de criação da Contribuição da Negociação Coletiva, submetida de forma democrática a aprovação dos trabalhadores.

O atual momento de disputa e criação de entidades sindicais, quer por desmembramento ou dissociação, só é possível por causa da existência do Imposto Sindical. Ampliar a capacidade arrecadatória dos sindicatos sem fazer o debate da representatividade das entidades e da criação de uma única e justa forma de sustentação democrática da estrutura sindical dos trabalhadores é, sem sombra de dúvida, dar um tiro no próprio pé.

Repúdio ao projeto do Serviço Público

A exemplo do proposto pelo Projeto de Lei Complementar 01/2007, o projeto aprovado pelo Senado Federal – PLS 611/07, que agora será encaminhado para a Câmara dos Deputados e estabelece que o aumento das despesas com o funcionalismo público até o ano de 2016 ficará limitado ao reajuste com base na inflação do período acrescido de 2,5% do aumento real da folha de pagamento, é um grave retrocesso que pode eliminar qualquer possibilidade de recuperação do serviço público brasileiro, sucateado até o limite durante os governos neoliberais.

Sua implementação significará somente a manutenção do crescimento vegetativo da folha de pessoal, inviabilizando as negociações e a realização de concursos públicos com a contratação mais do que necessária de novos servidores, comprometendo qualquer processo - real e efetivo - de valorização e melhoria dos serviços. Reiteramos que a relação entre a Despesa com Pessoal e a Receita Corrente Líquida mostra que os gastos com o funcionalismo estão longe de representar "o grande problema" para as contas públicas.

CUT de batalhas e conquistas (CUT Nacional) 17/12/09

Escrito por CUT Nacional

2009, um ano de intensas mobilizações da classe trabalhadora

O ano de 2009 iniciou sob a pressão da crise financeira internacional, a crise do capitalismo construída na liberalização financeira e comercial neoliberal, pela implementação em vários países do mundo, inclusive no Brasil com FHC/PSDB/DEM, das políticas neoliberais do Consenso de Washington. A militância cutista saiu às ruas para dizer: “os/as trabalhadores/as não vão pagar pela crise”.

Contra o processo de diminuição dos investimentos da iniciativa privada, o aumento das demissões e as propostas patronais, com a Fiesp à frente, de reduzir direitos e salários, a CUT atuou no sentido de pressionar os governos federal, estaduais e municipais, para ampliar o orçamento das políticas públicas, os investimentos em infra-estrutura, a exemplo do PAC, como também exigir que os empréstimos públicos à iniciativa privada fossem obrigatoriamente acompanhados de contrapartidas sociais com manutenção de empregos e direitos, além do cumprimento dos acordos firmados com as entidades dos servidores públicos.

Recusamos qualquer debate oportunista que, a pretexto da crise, buscasse ampliar os lucros e envolvesse retirada de direitos, como a suspensão do contrato de trabalho e a redução de salários. Demonstramos que a saída para a crise é o crescimento econômico com valorização do trabalho, distribuição de renda, inclusão social e participação popular.

O nosso 10º CONCURT, no mês de agosto, reunindo mais de 2.400 delegados/as de todos os estados e ramos, foi um importante momento de reflexão de nossa estratégia, para potencializar o debate sobre a importância do Estado e das

políticas públicas, para construir iniciativas que resultem em criação de um modelo de desenvolvimento alternativo ao hegemônico, com a redução dos juros e da jornada de trabalho sem redução de salários, de maiores investimentos em políticas públicas e na reforma agrária.

A 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, realizada em 11 de novembro de 2009, reforçou o protagonismo da militância cutista: dos 50 mil manifestantes, mais de 30 mil eram cutistas! Definimos seis eixos unificados com as demais Centrais Sindicais: exigir que o Congresso aprove o PL 01/07, que efetiva a política de valorização do salário mínimo; novo marco regulatório para o petróleo, que garanta soberania nacional sobre a exploração e o seu uso, destinando-os a políticas públicas de combate às desigualdades sociais e regionais; atualização dos índices de produtividade da terra e aprovação da PEC 438/01 contra o trabalho escravo; ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT; aprovação do PL sobre a regulamentação da terceirização e combate à precarização nas relações de trabalho e, principalmente, redução da jornada sem redução do salário. Após o ato conjunto de encerramento, em frente ao Congresso Nacional, a CUT organizou um grande protesto em frente ao STF contra o interdito proibitório.

Foi também uma iniciativa vitoriosa o acampamento realizado nos dias 09 e 10 de novembro, antecedendo a Marcha, e que viabilizou a realização de panfletagens, pressão aos parlamentares no aeroporto e ato público em frente à CNI, sobre o FAP – fator acidentário previdenciário. Contudo, as nossas reivindicações apresentadas na 6ª Marcha, como também outras reivindicações das nossas entidades cutistas, ainda estão pendentes, o que reforça a necessidade de mantermos e ampliarmos a pressão.

Disputa de Projetos – nossa Plataforma

O ano de 2010 será um momento de intensa disputa de projetos. As implicações da crise mundial no mundo do trabalho nos impuseram a tarefa de “enfrentar a crise ampliando a luta de classe e organizando a transição para um novo modelo de desenvolvimento, e o desafio de buscar alternativas para sua superação na consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, soberano e democrático.

Assim, o conjunto das entidades cutistas deve se preparar para essa disputa, por meio da formulação de propostas, especialmente de políticas públicas, no contexto do modelo de desenvolvimento defendido por nós.

Portanto, uma das principais tarefas da CUT, de nossas entidades e militância, será dar conseqüência ao debate desenvolvido desde 2006, na Jornada pelo Desenvolvimento, conformando a Plataforma da CUT para as eleições 2010. A Plataforma deve se constituir no instrumento para divulgação e consolidação das nossas parcerias no movimento sindical e social, enraizamento das propostas e intervenção efetiva nas eleições 2010.

O lançamento público da Plataforma está indicado para 1º de maio de 2010.

SOMOS FORTE! SOMOS CUT!

Bastidores da 1ª CONFECOM (CUT Nacional) 17/12/09

Escrito por William Pedreira, de Brasília

O debate da democratização de norte a sul

Estamos chegando ao final da 1ª Conferência Nacional de Comunicação e o sentimento é de que o movimento social saiu fortalecido. Ressaltamos também, a demonstração de pluralidade desta Conferência, que contou com a participação de delegados (as), convidados (as) e observadores (as) de todas as regiões do país.

Nem o cansaço e a falta de apoio dos governos diminuíram a vontade de Maria D'Ajuda, a índia Uhitwé (alegre), da aldeia Pataxó Coroa Vermelha de participar da CONFECOM. "Dos 14 povos indígenas da Bahia, somente eu consegui sair como delegada. Estou aqui para lutar pela implantação de TVs e rádios comunitárias, meios de comunicação essenciais para os povos indígenas que vivem isolados e não tem acesso às informações, o que prejudica em outras questões como saúde, educação."

Para a índia Uhitwé, o respeito pela cultura indígena passa por uma TV pública que contemple a diversidade dos povos. "Nós não temos nenhuma rede nacional de TV que mostra o dia a dia e a cultura das comunidades indígenas. Na CONFECOM, também não tivemos nenhuma questão relacionada diretamente aos índios, mas vale ressaltar que nos Grupos de Trabalho - GT 3 e 15 tivemos discussões relacionadas a diversidade cultural, racial e étnica, o que é um grande avanço".

Logo na entrada do Auditório Ulisses Guimarães, os participantes da Conferência se deparavam com Jonas Banhos, um ribeirinho do rio Macacoari (AP), que se apresenta como o Mochileiro do Voluntariado e do Amor. Jonas veio a Brasília para denunciar a exclusão dos povos tradicionais na região Norte. Fato inusitado: ele trouxe para a CONFECOM um megafone e um amplificador, o que ele chama de rádio Nossa Casa. "Os povos tradicionais do Amapá foram excluídos do processo na etapa estadual. Eu estou aqui por minha conta porque não podíamos ficar calados".

Em suas intervenções megafônicas, Jonas também faz um ataque ríspido as empresas de telecomunicação que não cumpriram os acordos feitos na época da privatização. "O que nós queremos é um direito básico da população de inserção de telefones públicos para a sociedade. O que foi prometido tem de ser cumprido".

Com crachás da cor azul, os representantes da sociedade empresarial, Renato Rovai e Antonio Assiz, editor da Revista Fórum e produtor da Aramá Comunicações respectivamente, se consideram empresários progressistas, ou seja, aqueles que possuem uma visão mais democrática e que representam a pluralidade da sociedade. Renato Rovai explica essas diferenças. "Os meus ideais tem uma proximidade com os ideais da sociedade civil. Do mesmo jeito que existe diversidade na sociedade civil, há também diversidade entre os empresários".

Para Assiz, "essa Conferência é um momento ímpar. Nós, pequenos empresários, podemos ter outras identidades que dialogam com os movimentos sociais e nem por isso estaremos lutando contra nossos direitos".

Nesta sexta (18) (CUT Nacional) 17/12/09

Escrito por CUT-RS

Audiência pública debaterá demissões na Braskem

Uma audiência pública na Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável da Assembléia

Legislativa do RS, sala Maurício Cardoso (4º andar) na sexta-feira, dia 18, às 9 horas, irá debater as demissões realizadas pela Braskem desde que o Grupo Odebrecht assumiu o Pólo Petroquímico do RS, em março de 2007, com a compra da Copesul e da Ipiranga Petroquímica numa transação que envolveu ainda a Petrobras. A audiência foi solicitada pelos deputados Ronaldo Zulke e Raul Pont.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Triunfo/RS (Sindipolo), já foram quase 500 demissões. "Iremos cobrar da Odebrecht/Braskem e do governo federal, as demissões e os investimentos que não foram realizados", explica Carlos Eitor Rodrigues, presidente do Sindipolo.

À época da negociação, em entrevista coletiva e em sucessivas audiências públicas, tanto na ALRS como em Brasília, os presidentes da Braskem e da Petrobras à época, Carlos Gubrisich e Sérgio Gabrielli, respectivamente, se comprometeram a não realizar demissões. Disseram que, ao contrário, seriam feitos investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão e que haveriam novas contratações.

"Depois de quase três anos, o que temos é uma realidade completamente diferente. Os investimentos não foram feitos e as demissões chegam a quase 500 só entre os trabalhadores diretos. Se contarmos os terceirizados ultrapassam as mil demissões", revela Eitor. Segundo ele, ainda houve ataques a direitos consolidados dos petroquímicos e precarização das condições de trabalho, que colocam em risco a vida dos trabalhadores, o meio ambiente e as comunidades próximas das plantas.

Para o sindicalista, a audiência pública será um importante momento para os trabalhadores, a sociedade e os parlamentares cobrarem da Braskem e da Petrobras os compromissos assumidos publicamente em 2007 e esclarecer os prejuízos para o Estado a partir da negociação, tanto do ponto de vista social como financeiro.

Foram convidados a participar da audiência representação dos trabalhadores (Sindipolo e CNQ), da Petrobras e da Odebrecht/Braskem, além dos deputados. O Sindipolo fez uma ampla divulgação entre os sindicatos do ramo e os trabalhadores para acompanharem a audiência.

Ataque aos serviços públicos (CUT Nacional) 17/12/09

Escrito por CUT Paraíba

CUT-PB condena forma desumana de tratamento aos servidores do Estado

A Central Única dos Trabalhadores na Paraíba (CUT-PB) divulgou uma nota de apoio a todos os servidores do governo do Estado da Paraíba devido à situação desumana de condições de recadastramento oferecida a estes trabalhadores. De acordo com a nota, a entidade não concorda com a maneira que está sendo realizado o recadastramento dos servidores estaduais, causando desconforto, em especial para os aposentados e pensionistas.

“A situação chegou a causar até alvoroço entre os servidores, que pelo contexto de falta de informações mais precisas chegaram a entrar em pânico por medo de não receberem o 13º salário. Sabemos de pessoas mais idosas que chegaram a passar mal por conta da falta de estrutura adequada para receber tantos trabalhadores”, disse o presidente da CUT-PB, Luis Silva.

De acordo com o sindicalista, a CUT-PB não é contra o recadastramento, ou contra a transferência de banco responsável pelo pagamento da folha dos trabalhadores, ou ainda contra o Banco do Brasil. “O que não concordamos é com a forma desumana como os trabalhadores estão sendo tratados. Os servidores públicos foram pegos de surpresa e estão tendo que enfrentar uma falta de estrutura que está provocando uma insatisfação geral por conta de filas enormes. Esperamos que numa próxima ocasião seja feito um planejamento adequado para garantir o tratamento humano das pessoas”, destacou.

Segue abaixo a nota na íntegra:

NOTA

A Central Única dos Trabalhadores na Paraíba (CUT-PB) vem a público discordar da forma como está sendo realizado o recadastramento dos servidores públicos do estado da Paraíba. Enquanto entidade de defesa dos trabalhadores, a CUT entende que o tratamento dispensado está sendo desumano para com os servidores, em especial os aposentados e pensionistas, que estão enfrentando longas filas num ambiente desconfortável, sem estrutura mínima para comportar os trabalhadores e trabalhadoras.

A CUT esclarece também que não está sendo contrária ao recadastramento dos servidores em si, ou ainda contestando a mudança do banco para o pagamento da folha dos trabalhadores e trabalhadoras por entender que esta decisão faz parte das atribuições do Governo do Estado enquanto Poder Público. A CUT também não se posiciona contra o Banco do Brasil, principalmente por ser uma instituição federal, mas é contrária a falta de planejamento para um recadastramento mais humanizado e respeitoso aos servidores públicos que atuam no cotidiano em defesa dos interesses da população.

A CUT espera mais planejamento e organização nas próximas atividades ou eventos a serem realizados por parte do Governo do Estado, com o objetivo de garantir aos trabalhadores um tratamento adequado e mais humano.

Taubaté (CUT Nacional) 17/12/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté

Dieese aponta injeção de R\$ 95,3 milhões na economia de com PLR dos metalúrgicos
De acordo com levantamento da Subseção DIEESE do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, as negociações de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) injetaram cerca de R\$ 95,3 milhões na economia de Taubaté e Região no ano de 2009.

O valor representa um aumento de 18,6% em relação ao ano de 2008 quando foram injetados R\$ 80,4 milhões.

Os pagamentos tiveram início no 2º Semestre de 2009 com as primeiras parcelas, e a partir de dezembro com o pagamento das segundas parcelas, em datas e valores conquistados através de negociação.

Um total de 44 empresas pagaram PLR aos seus funcionários, sendo que o maior número de empresas está concentrado na faixa de até 500 funcionários.

Estes acordos representam um valor importante para os trabalhadores individualmente, bem como para a economia local, dado que é um recurso que certamente será utilizado para consumo de curto e médio prazo, e que assim como o 13º salário, garante o aquecimento do comércio na região.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, Isaac do Carmo, a conquista das PLRs pelos trabalhadores reverteu a lógica patronal da crise econômica que imperava no início de 2009, com discurso de queda na produção, demissões e precarização de direitos.

“Mais uma vez os Metalúrgicos de Taubaté mostram a força da categoria e sua representatividade para o desenvolvimento e a geração de renda para a cidade e para a região, em um ano que foi marcado pela luta pela defesa dos empregos dos trabalhadores e superação da crise internacional através da mobilização e da unidade”, disse Isaac.

Avançar Rumo à Plataforma da Classe Trabalhadora em 2010 (CUT Nacional) 17/12/09

Escrito por Denise Motta Dau, Secretária de Relações do Trabalho

Chegamos ao final de 2009, iniciando nova gestão (2009/2012) na Direção da central. O ano que termina não podia ser diferente, enfrentamos muitos desafios, mas com certeza saímos fortalecidos(as).

O 10º CONCURTO realizado em agosto deste ano com a presença de mais de 2.000 delegados e delegadas vindas de todas as regiões e representando todos os setores de atividades, só confirmam a importância da Central Única dos Trabalhadores na defesa dos interesses de classe e no processo de fortalecimento da democracia.

Atualizamos nossa estratégia para o triênio 2009-2012, contabilizando importantes lutas travadas no contexto nacional e internacional, no âmbito institucional e sindical, consolidamos conquistas, que reafirmam a CUT como a maior e mais importante central sindical do Brasil e da América Latina, legitimada em uma trajetória de 26 anos de lutas.

O tema do desenvolvimento colocado no centro na agenda sindical e nacional, numa perspectiva de efetiva valorização do trabalho e distribuição de renda e a intervenção consistente da Central frente à crise, em defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores foram alguns dos temas de destaque, juntamente com outras iniciativas que asseguraram importantes conquistas, como a política de valorização do salário mínimo, fruto de amplos processos de mobilização por meio das tantas Marchas à Brasília, que tem contado com a participação cada vez mais crescente de trabalhadores e trabalhadoras - nesta última, 6ª MARCHA DA CLASSE TRABALHADORA contou com mais de 50 mil participantes - mais da metade CUTista, mesmo assim, como sempre, a “mídia não viu”, mostrando mais uma vez o que há muito vimos apontando, a necessidade urgente da democratização dos meios de comunicação no País.

No âmbito das relações de trabalho muitos embates foram travados, dentre os quais podemos citar, além da defesa intransigente do emprego e da renda, a luta pela ratificação da convenção 158 contra a dispensa imotivada; da Convenção 151, pelo reconhecimento do direito de negociação coletiva no setor público; a batalha pelo fim do compulsório Imposto Sindical e a implantação da Contribuição Negocial, visando um financiamento democrático e autônomo para o sindicalismo; a incansável batalha pela Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salários, pelo fim do Fator Previdenciário; o aumento no valor da reposição das Aposentadorias de quem recebe proventos maiores que o mínimo; a ratificação da convenção 156 sobre responsabilidades familiares compartilhadas; a disputa no Congresso Nacional frente às proposições de origem patronal sobre a Terceirização, temas que se mantêm como prioridade na agenda da CUT para o próximo período.

A Plataforma da Classe Trabalhadora para 2010, que vem sendo construída pelo conjunto dos/as cutistas em todo o território nacional, como parte da Jornada pelo Desenvolvimento, é um valioso instrumento, orientador da Central para a disputa de projetos em todas as esferas e espaços. O desenvolvimento que pretendemos tem como foco a distribuição de renda e valorização do trabalho, o respeito ao meio ambiente, a melhoria na qualidade de vida, a igualdade de oportunidades e de tratamento, ou seja, um desenvolvimento que prime pelo ser humano e não pelo lucro.

Todos estes temas devem estar articulados com a Agenda de Trabalho Decente da OIT. A Agenda Nacional deve ter como um de seus pilares a democratização das relações de trabalho e o respeito à liberdade de organização dos trabalhadores. Para isso é fundamental nos mantermos organizados e atentos.

A CUT têm uma trajetória ímpar e conta com uma militância incontestavelmente aguerrida, muito embora alguns setores da mídia, como ocorreu recentemente, usando de matérias “encomendadas”, tentem nos taxar de “sindicalismo domado”, essa “rebelia propositiva” é a cara da nossa Central e continuará norteando as lutas do próximo ano, contrariando aqueles que preferem negar o inegável, ou seja a combatividade dessa “jovem rebelde” que ousa desafiar sempre, e por isso cresce na prática - esta é a CUT.

É assim que reafirmamos nossa convicção na defesa dos direitos fundamentais para a condição humana e isso pressupõe um esforço concentrado do conjunto da central para o ano que se vizinha. Como diz o poeta “o caminho se faz ao caminhar”

SOMOS FORTES SOMOS CUT!!!!

As conquistas da CUT em 2009 e os desafios para 2010 (CUT Nacional) **17/12/09**

Escrito por Rosane Silva, secretária da Mulher Trabalhadora da CUT

O ano de 2009 está prestes a acabar, o que torna este um momento oportuno para um rápido balanço do que construímos ao longo deste ano, e para apontarmos quais serão nossos principais desafios para no ano que se aproxima. Certamente este foi um ano de muitas lutas e vitórias, e que, especialmente para nós, trabalhadoras CUTistas, ficou marcado por grandes conquistas.

No 10º Congresso da CUT, realizado em agosto, a discussão prioritária ficou em torno do posicionamento político da CUT no enfrentamento da conjuntura. E diferentemente dos Congressos anteriores em que a presença das mulheres era reduzida, neste Congresso consolidamos a política de cotas de nossa Central e fomos mais de 38% do total da delegação.

Ou seja, no 10º CONCUR as trabalhadoras também estavam lá para se posicionar diante dos temas da conjuntura, do modelo de desenvolvimento que queremos, sobre a necessidade de aprofundarmos a participação política nas decisões de nosso Estado, sobre a Reforma Política, para construir o plano de lutas de nossa Central, enfim, as mulheres estiveram presentes para discutir todos os temas.

Esta foi uma vitória para todas as mulheres, possível somente porque foi construída com muita unidade entre nós, desde os debates dos sindicatos de base e dos Congressos Estaduais. Mas foi, sobretudo, uma vitória para CUT, que de maneira categórica constrói-se cada vez mais como sendo de fato representativa do conjunto da classe trabalhadora, composta por homens e mulheres.

Ainda no 10º CONCUR, as mulheres protagonizaram um momento histórico de nossa Central. O ato político de adesão da CUT à Frente pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto foi um marco na luta por uma vida digna para as mulheres, um momento no qual reafirmamos a posição da CUT na luta por igualdade e em defesa da autonomia e da vida de milhares de mulheres que precisam interromper uma gravidez não desejada.

Para nós, feministas sindicalistas o significado político deste ato nos dá a certeza de que é somente na unidade com os demais movimentos sociais, feministas e de mulheres que conseguiremos avançar na luta por um mundo onde todas nós possamos de fato ser livres.

Ainda podemos citar como mais um exemplo de nossas vitórias no ano de 2009 a VI Marcha da Classe Trabalhadora, que reuniu mais de 50mil pessoas e teve a CUT como protagonista neste processo. Fomos milhares de trabalhadores e trabalhadoras CUTistas presentes em Brasília lutando pela Redução da Jornada de Trabalho, sem redução de Salários.

Desafios para 2010

O ano de 2010 será um ano de grandes desafios para toda classe trabalhadora brasileira, especialmente para as mulheres.

Logo no início do ano, em Março, vamos marchar pela liberdade das mulheres! Faremos parte da 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, que no Brasil será uma grande marcha, com cerca de três mil mulheres marchando pela estrada de Campinas até São Paulo, durante os dias 8 a 18 de março/2010.

Será um momento de bastante visibilidade das mulheres em que demonstraremos nossa solidariedade internacional com todas as mulheres do mundo, além de consolidarmos uma plataforma política que traga as reivindicações das mulheres como indispensáveis para a construção de uma outra sociedade, que tenha como princípio a solidariedade, a igualdade, a justiça e a paz. Ou seja, será a ocasião para afirmarmos a pauta feminista como incontornável para avançarmos com as mudanças que tanto queremos e necessitamos em nosso país.

Entretanto, o elemento central do ano de 2010 será a eleição para presidência do Brasil. Eleição esta que deve ser tratada a partir da disputa de projetos para o país. Será fundamental utilizarmos este momento para a consolidação do

projeto democrático e popular em curso em nosso país, e irmos mais além, reafirmarmos que queremos avançar e aprofundar este projeto.

A CUT irá se posicionar neste momento de disputa de modelo de desenvolvimento para o país através da Plataforma da Classe Trabalhadora para 2010. É tarefa de cada um e cada uma de nós que acredita na necessidade de um país com mais igualdade entre homens e mulheres garantir que os temas diretamente relacionados à vida das mulheres estejam contemplados nesta Plataforma. Somente assim esta será de fato um instrumento que dê conta de fazer, por inteiro, a disputa de projetos que estarão colocados em questão na eleição do ano que vem.

E esta tarefa, ainda que seja do Conjunto da Central, somente terá êxito se as mulheres estiverem organizadas e unificadas para pautar suas demandas. Sabemos que é somente quando as mulheres trazem organizadamente suas pautas que temos força suficiente para conseguirmos avançar rumo a igualdade de oportunidades em nosso país.

O ano de 2010 coloca-se também com grandes possibilidades de ser o ano em que, pela primeira vez na história de nosso país, uma mulher seja eleita presidente do Brasil. É indiscutível o significado positivo deste fato, ainda mais ao considerarmos o machismo existente em nossa sociedade que ainda trata a política como um espaço masculino, um espaço dos homens.

Mas ainda mais importante do que elegermos pela primeira vez um mulher para a presidência da República, será o fato de que iremos à urnas defender o aprofundamento de um projeto político projeto que avance em direitos para classe trabalhadora, com distribuição de renda e radicalização na democracia participativa, um projeto de país que nós, mulheres e homens CUTistas, acreditamos e defendemos. Seremos vitoriosas! Seremos vitoriosos!

Bom final de ano a todos e todas, muitas lutas e vitórias em 2010!

SITES PESQUISADOS
 www.folha.com.br







O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

SINERGIA SINERGIA SINERGIA SINERGIA

Sindicato dos Trabalhadores
Energéticos de Estado de São Paulo